

Demonstrações financeiras individuais

30 de junho 2025

1S2025



Conteúdo

Relatório da administração	2
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanco patrimonial individual	9
Demonstração individual de resultado	10
Demonstração individual de resultado abrangente	11
Demonstração individual do fluxo de caixa	12
Demonstração individual da mutação do patrimônio líquido	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais	14
Nota 1 Contexto operacional	14
Nota 2 Apresentação das demonstrações financeiras	14
Nota 3 Principais políticas contábeis	17
Nota 4 Caixa e equivalentes de caixa	28
Nota 5 Aplicações interfinanceiras de liquidez	28
Nota 6 Títulos e valores mobiliários, líquidos de provisões para perdas esperadas	28
Nota 7 Instrumentos financeiros derivativos	31
Nota 8 Outros ativos financeiros	35
Nota 9 Carteira de crédito líquida de provisão para perdas esperadas	36
Nota 10 Ativos não financeiros mantidos para venda	40
Nota 11 Ativos fiscais diferidos	40
Nota 12 Investimentos em controladas e coligadas	42
Nota 13 Imobilizado	45
Nota 14 Intangível	46
Nota 15 Outros ativos	47
Nota 16 Depósitos e captação de recursos	47
Nota 17 Obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país	48
Nota 18 Outros passivos financeiros	48
Nota 19 Transações com partes relacionadas	50
Nota 20 Impostos correntes	51
Nota 21 Provisões e passivos contingentes	51
Nota 22 Outros passivos	53
Nota 23 Patrimônio Líquido	53
Nota 24 Receita de prestação de serviço	54
Nota 25 Despesa de pessoal	54
Nota 26 Despesas administrativas	55
Nota 27 Resultado com títulos e valores mobiliários, derivativos e câmbio	55
Nota 28 Outras receitas (despesas) operacionais	55
Nota 29 Outras receitas e despesas não operacionais	56
Nota 30 Pagamento baseado em ação	56
Nota 31 Gestão de riscos	58
Nota 32 Outras informações	67
Nota 33 Eventos subsequentes	68



Relatório da administração

A Administração do Banco Inter S.A., banco múltiplo privado, que opera através de uma plataforma digital, incluindo serviços financeiros e não financeiros, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta a seus acionistas as demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025. As informações, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de reais) e foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), quando aplicável.

Inter

Somos uma plataforma digital com o propósito de simplificar a vida de nossos clientes. Iniciamos a nossa jornada em 1994 e, desde 2015, somos um dos principais agentes da modernização da indústria bancária brasileira, oferecendo uma proposta de valor disruptiva, com um novo conceito de banco. Hoje, ofertamos um portfólio extenso de serviços e produtos financeiros e não financeiros através do nosso Super App. Os mais de 29 anos de nossa experiência na indústria bancária brasileira proporcionaram credibilidade para prover serviços e produtos que entendemos ser de qualidade em um mercado fortemente regulado. A essência *fintech*, em paralelo, proporcionou a nosso ver ao Inter um modelo de negócio moderno, ágil, escalável e digital, atendendo da melhor forma as demandas dos clientes e estratégias de crescimento.

Desde a digitalização do nosso modelo de negócios em 2015, fomos capazes de diversificar nossas receitas, ampliando a relevância das receitas de serviços. Adicionalmente, a estrutura de um banco de varejo digital contribui para uma composição de *fundings* de baixo custo de captação, mais resiliente e pulverizado entre nossos correntistas.

Os produtos que hoje compõem o ecossistema Inter conversam entre si e são completamente interligados, oferecendo aos clientes opções como: conta corrente, empréstimos e financiamentos, investimentos, consórcios, câmbio, seguros, além da possibilidade de comprar produtos nas principais lojas de varejo do país, através do Inter Shop, nosso *shopping* digital, tudo em um só aplicativo, de forma simples e rápida.

Destaques Operacionais

Clientes

No período encerrado em 30 de junho de 2025, superamos a marca de 39,3 milhões de clientes e aumentamos taxa de ativação em 2.4 pontos percentuais, chegando 57,7%

Carteira de Crédito

O saldo das operações de crédito chegou a R\$38,3 bilhões. A carteira de crédito com garantia imobiliária superou R\$11,9 bilhões. Já a carteira de crédito de pessoa física, que inclui as carteiras de crédito consignado e cartão de crédito, chegou ao montante de R\$22,8 bilhões.

A captação total somou R\$ 49,5 bilhões.

Destaques Econômico-Financeiros

Resultado Líquido

Apresentamos um resultado líquido no semestre findo em 30 de junho de 2025 de R\$ 466,7 milhões.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira em 30 de junho de 2025 atingiu R\$ 1.299,4 milhões.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas e de pessoal incorrida no semestre encerrado em 30 de junho de 2025 somaram R\$1.249,3 milhões, crescimento explicado pelo volume crescente de operações, ampliação dos serviços e produtos oferecidos além do crescimento da base de clientes.



Destaques Patrimoniais

Ativo Total

Os ativos totais somaram R\$83,7 bilhões em 30 de junho de 2025.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido somou R\$7,3 bilhões em 30 de junho de 2025.

O Inter encerrou em 30 de junho de 2025 com um Índice de Basileia de 15,7% mantendo forte estrutura de capital para manutenção das taxas de crescimento.

Ratings

A classificação de *Investment Grade* atribuída pelas agências especializadas *Standard & Poor's* e *Moody's*, com notas em escala nacional de longo prazo "AA+", respectivamente, comprova a adequada posição de liquidez e o confortável nível de capitalização do Inter. As agências destacam o fortalecimento do perfil de negócios do Inter, com melhora na rentabilidade, sem comprometer significativamente seu apetite de risco, e mantendo níveis adequados de capitalização e qualidade de ativos.

Declaração da Diretoria

A Diretoria do Inter declara que discutiu, revisou e concorda com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como revisou, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2025.

Relacionamento com os Auditores Independentes

O Inter confirma que a KPMG Auditores Independentes Ltda. dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das informações financeiras do Inter. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários dos auditores independentes são disponibilizados anualmente no formulário de referência.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança em nós depositada, e a cada um dos colaboradores que constroem diariamente a nossa história.

Belo Horizonte, 03 de setembro de 2025.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970
Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais

Ao Acionista, Conselho de Administração e Diretores do Banco Inter S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Inter S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Banco Inter S.A., em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com operações de crédito

Veja as Notas 3e(vi) e 9 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>O Banco Inter S.A registrou em 30 de junho de 2025 provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com operações de crédito suportada nos modelos internos, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021 e Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023.</p> <p>A mensuração da provisão de perdas de crédito esperadas com operações de crédito é apurada com base em modelos internos de pontuação e utiliza a metodologia de probabilidade de inadimplência (PD), exposição na inadimplência (EAD) e perda por inadimplência (LGD), condições macroeconômicas relevantes e o impacto de mudanças nos cenários econômicos futuros. Para essa mensuração, o Banco classifica as operações em três estágios, sendo que no estágio 1 a probabilidade de perda considera a perda para os próximos 12 meses e nos estágios 2 e 3 a probabilidade de perda considera a perda para o prazo remanescente da operação. Para determinar a classificação nos estágios, o Banco avalia se o risco de crédito aumentou significativamente, desde o reconhecimento inicial, considerando o cliente e o tipo de produto.</p> <p>Consideramos a avaliação da provisão para perdas esperadas com operações de crédito como um principal assunto de auditoria, porque envolve incertezas de mensuração significativas, como resultado da complexidade na aplicação dos modelos e da subjetividade na seleção das premissas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes, incluindo controles relacionados aos modelos, às premissas e metodologias utilizadas na mensuração da provisão para perdas esperadas com operações de crédito;- Envolvimento de nossos profissionais com experiência e conhecimento especializados em risco de crédito, que auxiliaram:<ul style="list-style-type: none">(i) na avaliação qualitativa da metodologia de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com operações de crédito;(ii) na avaliação das técnicas de modelagem utilizadas, inspecionando a documentação da administração para determinar se as técnicas utilizadas são adequadas para o uso pretendido;(iii) na avaliação da razoabilidade das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários futuros através da análise de regressão e correlação histórica;(iv) no recálculo das estimativas de PD, EAD e LGD utilizando os dados históricos do Banco e informações prospectivas;(v) no teste de precisão da alocação dos estágios de acordo com os critérios do Banco por meio de reexecução da alocação, por amostragem; e(vi) no recálculo matemático da provisão para perdas esperadas.- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas aplicáveis e se consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perda esperadas associadas ao risco de crédito com operações de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 3 de setembro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



André Dala Polia
Contador CRC 1SP214007/O-2

	Nota	30/06/2025
Ativo		
Disponibilidades	4	547.683
Ativos financeiros ao valor justo por resultado		714.108
Títulos e valores mobiliários, líquidos de provisões para perdas esperadas	6	713.381
Instrumentos financeiros derivativos	7	727
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		20.724.300
Títulos e valores mobiliários, líquidos de provisões para perdas esperadas	6	20.724.300
Ativos financeiros ao custo amortizado		53.063.015
Aplicações financeiras de liquidez	5	4.434.091
Títulos e valores mobiliários, líquidos de provisões para perdas esperadas	6	1.813.932
Operações de crédito, líquidos de provisões para perdas esperadas	9	35.819.320
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		6.179.662
Outros ativos financeiros	8	4.816.010
Ativos não financeiros mantidos para venda	10	269.209
Ativos fiscais diferidos	11.a	1.777.268
Ativos fiscais correntes		311.196
Investimentos em controladas e coligadas	12	4.367.643
Imobilizado	13	168.413
Intangível	14	871.210
Outros ativos	15	876.833
Total do ativo		83.690.878
Passivo		
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		35.526
Instrumentos financeiros derivativos	7	35.526
Passivos financeiros ao custo amortizado		74.558.405
Depósitos	16.a	49.456.874
Obrigações por operações compromissadas	16.c	3.218.972
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.b	11.403.622
Obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país	17	114.752
Outros passivos financeiros	18	10.364.185
Impostos correntes	20	348.617
Passivo fiscal diferido	11.a	94.562
Provisões	21	238.076
Outros passivos	22	1.104.874
Total do passivo		76.380.060
Patrimônio líquido	23	
Capital social		7.511.433
Reserva de capital		71.872
Reserva de lucros		254.667
Outros resultados abrangentes		(455.323)
Ações em tesouraria		(71.831)
Total patrimônio líquido		7.310.818
Total do passivo e patrimônio líquido		83.690.878

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais.

	Nota	30/06/2025
Operações de crédito	9e	3.264.479
Resultado de aplicações compulsórias		304.587
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	5c	95.583
Resultado com títulos e valores mobiliários, derivativos e câmbio	6.d	1.370.376
Receitas da intermediação financeira		5.035.025
Operações de captação no mercado	16.d	(2.641.838)
Operações empréstimos e repasses		(13.962)
Despesas da intermediação financeira		(2.655.800)
Resultado da intermediação financeira		2.379.225
Perdas esperadas com operações de crédito	9.d	(1.087.818)
Perdas esperadas com demais ativos financeiros		7.994
Resultado da intermediação financeira líquido de perdas esperadas de ativos financeiros		1.299.401
Receitas de prestação de serviços	24	623.759
Despesas de pessoal	25	(316.265)
Despesas administrativas	26	(933.037)
Despesas tributárias	27	(201.878)
Resultado de participações em controladas e coligadas	12.a	92.232
Outras receitas operacionais	28	202.768
Outras despesas operacionais	28	(302.528)
Resultado operacional		464.452
Outras receitas e despesas não operacionais	29	(19.070)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		445.382
Imposto de renda e contribuição social	11.d	21.306
Lucro líquido		466.688
Lucro líquido por ação		
Lucro por ação básico – R\$		0,18
Lucro por ação diluído – R\$		0,18

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais.

	30/06/2025
Lucro líquido	466.688
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	
Valor justo de ativos financeiros	216.411
Efeito fiscal	(120.998)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	95.413
Hedge de fluxo de caixa	(16.980)
Hedge de investimento no exterior	132.485
Efeito fiscal	(59.618)
Operações de hedge	55.887
Variações cambiais de investimento no exterior	(132.376)
Total de outros resultados abrangentes que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado posteriormente	18.924
Total de resultados abrangentes do período	485.612

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais.

	<u>30/06/2025</u>
Atividades operacionais	
Lucro líquido	466.688
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	1.079.824
Imposto de renda e contribuição social	(21.306)
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	18.691
Provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	26.627
Resultado de participações em controladas e coligadas	(92.232)
Resultado da variação cambial	(11.675)
Depreciação e amortização	164.076
Outros ganhos e perdas de capital	1.318
(Aumento)/ redução dos ativos operacionais	
Aplicações financeiras de liquidez	441.422
Títulos e valores mobiliários	66.993
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(894.260)
Operações de crédito	(5.210.211)
Instrumentos financeiros derivativos	(609)
Outros ativos financeiros	815.931
Ativos fiscais	(95.714)
Ativos não financeiros mantidos para venda	(43.694)
Outros ativos	(159.433)
Aumento/ (redução) dos passivos operacionais	
Depósitos	4.265.505
Obrigações por operações compromissadas	1.408.160
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.485.877
Obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país	(13.368)
Outros passivos financeiros	1.482.644
Instrumentos financeiros derivativos	79.855
Impostos correntes	(8.055)
Provisões	(25.951)
Outros passivos	141.107
Imposto de renda e contribuição social pagos	(185.476)
Caixa líquido gerado/ (utilizado) em atividades operacionais	5.182.734
Atividades de investimentos	
Aumento de capital em subsidiária	(1.000.000)
Aquisição de imobilizado de uso	(33.606)
Aquisição de intangível	(228.444)
Aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(4.171.252)
Alienação de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4.938.848
Aquisição de ativos financeiros ao custo amortizado	(211.612)
Alienação de ativos financeiros ao custo amortizado	10.858
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	33.764
Caixa líquido gerado/ (utilizado) em atividades de investimentos	(661.444)
Atividades de financiamentos	
Juros sobre dividendos e capital próprio pagos	(434.896)
Caixa líquido gerado/ (utilizado) em atividades de financiamentos	(434.896)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.086.394
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	883.705
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.981.774
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes	11.675
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.086.394

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais.

	Reserva de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Total patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.511.433	55.222	23.356	212.093	(474.247)	—	7.256.026
Ajustes Iniciais na Adoção das Resoluções nº 4.966/21 e 4.975/21	—	—	—	—	—	(12.574)	(12.574)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	7.511.433	55.222	23.356	212.093	(474.247)	(12.574)	7.243.452
Pagamentos baseados em ações	—	15.616	—	—	—	—	15.616
Resultado do exercício	—	—	—	—	—	466.688	466.688
Destinações propostas:							
Constituição / (Reversão) de reserva legal	—	—	4.717	—	—	(4.717)	—
Constituição / (Reversão) de reserva de lucros a distribuir	—	—	—	89.593	—	(89.593)	—
Juros sobre o capital próprio / dividendos	—	—	—	(75.092)	—	(359.804)	(434.896)
Variação líquida no valor justo - ativos financeiros ao VJORA	—	—	—	—	95.413	—	95.413
Ganhos e perdas - Hedge	—	—	—	—	55.887	—	55.887
Diferenças cambiais na conversão de operações estrangeiras	—	—	—	—	(132.376)	—	(132.376)
Reservas reflexas	—	1.034	—	—	—	—	1.034
Saldos em 30 de junho de 2025	7.511.433	71.872	28.073	226.594	(455.323)	—	7.310.818

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Inter S.A. (“Banco” ou “Inter”), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, está sob controle direto da Inter Holding Financeira S.A. (HoldFin) e controle indireto da Inter&Co Inc. (Inter&Co), sediada nas Ilhas Cayman.

Em 6 de julho de 2023, o Inter estabeleceu uma agência no exterior nas Ilhas Cayman, com capital social de US\$ 10.000.000 (dez milhões de dólares americanos).

O Inter opera como instituição bancária múltipla em todo o território brasileiro, em conformidade com as normas regulatórias do sistema bancário nacional. O Banco oferece serviços financeiros especializados tanto para pessoas físicas quanto para empresas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), em conformidade com a Resolução nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, observando-se as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Conforme previsto no artigo 79 da Resolução 4.966/21, o Banco Inter utilizou a prerrogativa de não apresentar os saldos comparativos de períodos anteriores decorrentes das modificações na classificação de instrumentos financeiros, incluindo as perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Os impactos resultantes da implementação da norma foram registrados diretamente no patrimônio líquido, considerando os efeitos fiscais líquidos.

Os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Em decorrência de ajustes de arredondamento, alguns totais podem não corresponder exatamente à soma aritmética dos valores que os compõem.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Inter em 03 de Setembro de 2025.



a. Adoção de Novas Resoluções e Impactos Contábeis

Em 1º de janeiro de 2025, entraram em vigor as Resoluções CMN nº 4.966/21 e nº 4.975/21, que alteraram significativamente os critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos financeiros no âmbito do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF).

	31/12/2024 - Resolução 2.682	Ajustes da Adoção inicial da 01/01/2025 - Resolução 4.966	Ajustes de transição Patrimônio Líquido
Provisão para perdas esperadas com operações de crédito	(2.404.685)	(2.357.422)	47.263
Provisão para perdas esperadas com títulos e valores mobiliários	(28.402)	(56.004)	(27.602)
Provisão para perdas esperadas outros instrumentos financeiros	(8.929)	(10.399)	(1.470)
Ajustes de <i>stop accrual</i> sobre operações de crédito	—	2.090	2.090
Ajuste adoção Resolução 4.975/21	—	(12.522)	(12.522)
Impactos fiscais	—	—	(20.333)
Impacto de adoção inicial líquido de impostos			(12.574)

Resolução CMN nº 4.966/21

A implementação desta normativa resultou em ajustes contábeis estruturais, incluindo a operacionalização de transferências de saldos entre contas do Balanço Patrimonial e a criação de novas contas contábeis. Os principais impactos decorrentes da aplicação da Resolução CMN nº 4.966/21 compreendem:

- (i) Reclassificação das Operações de Créditos e Outros Créditos com base nos critérios estabelecidos pelo Modelo de Negócios adotado pelo Banco Inter;
- (ii) Apropriação de juros incorridos nas operações de crédito em atraso, considerando a expectativa efetiva de realização;
- (iii) Baixa de ativos para prejuízo conforme as novas disposições normativas estabelecidas; e
- (iv) Diferimento das receitas e/ou despesas de originação das operações de crédito pelo prazo das respectivas operações, aplicando a metodologia de apuração da taxa de juros efetiva definida na norma.

Resolução CMN nº 4.975/21

Adota o Pronunciamento Contábil (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos correlato à norma internacional IFRS 16 – Leases, ou seja, com a alteração elimina ajustes anteriormente realizados para a demonstração contábil em IFRS. Os principais pontos de alteração estão voltados para o arrendatário, que consistem em:

- (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos como direito de uso no ativo e a respectiva obrigação descontada a uma taxa a valor presente; e
- (b) reconhecer a depreciação do direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

A norma permite que para as instituições que já elaboravam as demonstrações contábeis no padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) podem utilizar como data de aplicação inicial a data da primeira divulgação segundo o IFRS 16 – Leases.

O Banco adotou a prerrogativa da Resolução CMN nº 4.975/21 (Art.2º §3º), considerando os valores divulgados na Demonstração Financeira em IFRS, cabe mencionar que a Companhia adota o IFRS 16 – Leases, desde setembro de 2021. OS efeitos de transição para os novos critérios normativos foram registrados no patrimônio líquido.



b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

i. Julgamentos

Informações sobre julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

- Classificação dos ativos financeiros (consulte notas 6 e 31): se tais ativos atendem aos critérios de pagamento apenas de principal e juros (teste de SPPJ) e sua respectiva classificação (custo amortizado, valor justo por meio do resultado abrangente ou valor justo por meio do resultado).

ii. Estimativas

As estimativas apresentam um risco significativo e podem ter um impacto material nos valores dos ativos e passivos de exercícios futuros, podendo os resultados reais serem diferentes daqueles apurados com base em tais estimativas. Os principais itens suscetíveis a impactos de estimativas estão divulgados abaixo e estão relacionados com as seguintes notas explicativas:

- A mensuração do valor justo se baseia em cotações do mercado principal ou, na ausência deste, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros, considerando todas as informações razoavelmente disponíveis. Quando se trata de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e para os quais não há informações disponíveis, o valor justo é determinado por meio do uso de técnicas de avaliação;
- Nota explicativa nº 11: a expectativa de realização do ativo fiscal diferido está fundamentada na projeção de lucros tributáveis futuros e em outros estudos técnicos;
- Nota explicativa nº 9d: a mensuração das provisões para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado requer o uso de modelos quantitativos complexos e premissas sobre condições macroeconômicas futuras e o comportamento de crédito. Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis visando mensurar a perda de crédito esperada, tais como: determinar os critérios para avaliar o aumento significativo do risco de crédito; selecionar modelos quantitativos e premissas apropriadas para mensurar a perda de crédito esperada; e estabelecer diferentes cenários prospectivos e sua ponderação, entre outros;
- Nota explicativa nº 21: reconhecimento e mensuração de provisões, incluindo a provisão para processos judiciais. As principais premissas consideradas referem-se à probabilidade e à magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº 12 – A avaliação de impairment do ágio baseia-se em estimativas de: (i) projeções de fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa; (ii) taxas de desconto que refletem os riscos específicos dos ativos; (iii) taxas de crescimento perpetuo; e (iv) premissas operacionais como crescimento de receitas e margens; e
- Nota explicativa nº 27 – A mensuração do valor justo das opções utiliza modelos de precificação que consideram: (i) volatilidade esperada das ações; (ii) prazo de vida esperado das opções; (iii) taxa de juros livre de risco; (iv) taxa de dividendos esperada; e (v) estimativas de rotatividade de funcionários.



3. Principais políticas contábeis

(a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos não financeiros, e no método da taxa efetiva de juros para instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao valor justo.

(b) Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Inter. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Apuração de resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

As receitas significativas do Inter são:

- As receitas de operação de crédito referem-se à rendas com empréstimos e financiamentos em operações efetuadas com taxas pré e pós-fixadas. O preço da transação é o valor contratual;
- Rendas de intercâmbio são receitas de comissões de transações com cartões débito e crédito realizadas por clientes com cartões emitidos pelo Inter. A obrigação de desempenho é cumprida quando a transação é realizada. O preço da transação é uma porcentagem predefinida do pagamento total realizado usando cartão;
- As rendas de tarifas bancárias referem-se principalmente às tarifas de transações com boleto e tarifas recebidas pelas transferências interbancárias realizadas pelos correntistas do Inter, e são reconhecidas quando os serviços são prestados. O preço da transação é o valor contratual; e
- As receitas de intermediação de negócios e as rendas de comissões e colocação de títulos referem-se à intermediação da venda de produtos e serviços. As receitas são reconhecidas quando o serviço de intermediação é prestado, momento em que a obrigação de desempenho é cumprida. O preço da transação é o valor contratual que, geralmente, é uma porcentagem do valor de venda.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Inter para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.



(e) Instrumentos Financeiros

Ativos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. As respectivas normas definem um instrumento financeiro como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

i. Modelo de Negócio

A classificação dos ativos financeiros é realizada com base no modelo de negócio adotado pela Companhia, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021. Esse modelo reflete a forma como os instrumentos financeiros são gerenciados com o objetivo de gerar fluxos de caixa, considerando estratégias da Companhia.

Os ativos financeiros são classificados de acordo com os seguintes modelos de negócio:

- Recebimento somente de fluxos de caixa contratuais;
- Recebimento de fluxos de caixa contratuais e venda dos ativos; e
- Outros, quando não são atendidos exclusivamente os critérios descritos acima.

Os ativos financeiros devem ser submetidos ao teste de "Somente Pagamento de Principal e Juros" (SPPJ), sendo esses ativos mensurados: ao custo amortizado ou ao valor justo.

ii. Teste de SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros)

O objetivo do teste SPPJ é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para verificar se os fluxos de caixa consistem exclusivamente no pagamento do principal e dos juros sobre o montante principal. Neste contexto:

- Principal refere-se ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; e
- Juros representam a remuneração do principal, considerando premissas, tais como: valor do dinheiro tempo; o risco de crédito; liquidez; e entre outros riscos associados.

Instrumentos financeiros que não atendem ao critério SPPJ, como derivativos ou ativos com cláusulas complexas que alteram substancialmente os fluxos de caixa, são mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

iii. Classificação de ativos financeiros

As categorias de classificação dos ativos financeiros gerenciados pela Companhia que, anteriormente, eram mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda e Mantidos para Negociação deixaram de existir, sendo introduzidas as seguintes três categorias:

- Custo amortizado: Refere-se a títulos mantidos para receber fluxos de caixa contratuais, limitados a pagamentos de principal e juros;
- Valor justo em outros resultados abrangentes: Inclui títulos modelo de negócio visa gerar retorno por meio de fluxos de caixa contratuais e pela venda do ativo, com pagamento de principal e juros em datas especificadas; e
- Valor justo no resultado: Esta categoria abrange títulos que não se enquadram nas outras classificações e aqueles adquiridos para negociação ativa. Ganhos e perdas de variações no valor de mercado são reconhecidos na demonstração de resultados.



Além das classificações mencionadas acima, aos ativos financeiros, é permitida a designação de forma irrevogável entre as categorias de valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo no resultado (VJR) em seu reconhecimento inicial.

O enquadramento das categorias de mensuração envolvem a análise do modelo de negócio e teste SPPJ, considerando a natureza e propósito das operações.

iv. Taxas de Juros Efetiva da Operação ("TJEO")

De acordo com a Resolução BCB nº 352/23, a taxa de juros efetiva dos instrumentos financeiros deve ser determinada pela taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

O Banco Inter adotou a metodologia completa da taxa juros efetiva para os instrumentos financeiros aplicáveis e que foram classificados na categoria custo amortizado.

v. Valor Justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições normais de mercado, na data da avaliação.

Os instrumentos financeiros que são mensurados ao valor justo, se baseiam na hierarquia de valor justo, descrita a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; o preço cotado em mercado ativo oferece a evidência mais confiável do valor justo e deve ser utilizado sem ajuste para mensurar o valor justo sempre que disponível;
- **Nível 2:** preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos e não ativos e informações observáveis que sejam derivadas de dados de mercado por meio de correlação; e
- **Nível 3:** Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo permitindo a utilização de modelos e técnicas internas.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

vi. Provisão para Perdas Esperadas

A Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 estabelecem conceitos e critérios aplicáveis a serem observados pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Aplicando a mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, como garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar, assim como constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Constituição de Provisão

O Banco Inter está enquadrado como instituição do Segmento 3 (S3), portanto, é obrigatório a utilização da metodologia completa de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme definição do artigo nº 44 das resoluções supracitadas.



O Banco constitui as perdas esperadas no reconhecimento inicial, considerando o valor contábil bruto, incluindo apropriação de juros e encargos (accrual), e classificando os instrumentos financeiros, em grupos homogêneos de risco, conforme a política de crédito da instituição, até o momento que se torne um ativo com problemas de recuperação de crédito.

O reconhecimento da perda esperada é realizado com base no estágio de risco de crédito do instrumento financeiro, como despesa do período. A despesa é reconhecida em contrapartida da respectiva conta do ativo para ativos financeiros, ou na respectiva conta passiva no caso de passivo para garantias financeiras, compromissos de crédito e créditos a liberar.

Para as garantias financeiras prestadas, a provisão é calculada sobre o valor presente dos desembolsos futuros estimados, considerando: (i) a responsabilidade da instituição decorrente dos contratos de garantias financeiras; e (ii) a probabilidade de desembolso em caso de descumprimento das obrigações contratuais pela contraparte garantida.

Alocação em Estágios

Os instrumentos financeiros são alocados em um dos três estágios em seu reconhecimento inicial e serão realocados entre eles à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua, considerando o surgimento de fatos novos relevantes.

- **Estágio 1:** Instrumentos que não sejam caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente. Considera-se baixo o risco de crédito nas operações com atrasos de até 30 dias no pagamento de principal e juros. Para esses instrumentos financeiros o cálculo da provisão representa a perda esperada nos próximos 12 meses;
- **Estágio 2:** Instrumentos cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente ou que deixaram de ser caracterizado com problemas de recuperação de crédito. Para fins de critérios absolutos considera-se a faixa de atraso (entre 31 e 90 dias), assim como a comparação com a alocação inicial e os dados da inadimplência de outros produtos; neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo; e
- **Estágio 3:** Os instrumentos financeiros classificados neste estágio possuem problemas de recuperação de crédito (ativos problemáticos) em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso acima de 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos, como recuperação judicial, extrajudicial e falência decretada obtendo indícios substanciais que a contraparte não honrará integralmente as obrigações nas condições originalmente contratadas. Neste estágio os instrumentos financeiros possuem o reconhecimento de receita suspenso (stop-accrual) sendo contabilizadas apenas no seu recebimento, pelo regime de caixa.

A revisão dos estágios dos instrumentos financeiros, assim como as provisões para perdas são revistas mensalmente. Um instrumento financeiro pode migrar entre estágios conforme seu risco de crédito aumenta ou diminui. Instrumentos financeiros no segundo e terceiro estágios podem retornar ao primeiro estágio, observando fatos novos relevantes e comprovados que indiquem a redução do risco de crédito para nível semelhante ao reconhecimento inicial.

A Resolução BCB nº 352/23 define que os instrumentos financeiros devem ser segregados nas carteiras C1 a C5. A classificação é determinada de acordo com a solidez da garantia ou colateral empenhada na concessão da operação. Para as operações no terceiro estágio, existe ainda o componente de provisão para perdas incorridas, calculada conforme os percentuais determinados na Resolução BCB nº 352/23.

As principais premissas consideradas na estimativa da perda de crédito esperada são:



- **Avaliação de indicadores de risco de crédito:** a companhia avalia o aumento ou diminuição significativa do risco de crédito dos ativos financeiros. Além dos indicadores a companhia leva em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, garantias, dentre outros fatores relevantes. A migração do ativo financeiro para um estágio anterior ocorre com a redução consistente do risco de crédito;
- **Informações históricas:** o Banco avalia o histórico de do cliente considerando cenários de stress, segmentação (atacado/varejo) e o agrupamento das operações em carteiras homogêneas com características de risco similares para garantir maior precisão na estimativa de perdas. Essas premissas são revisadas periodicamente para assegurar a adequação da metodologia às condições atuais de mercado e regulamentares; e
- **Informações prospectivas:** A companhia utiliza informações macroeconômicas prospectivas de estudos internos e externos, tais como: projeções da Taxa Selic, Credit Default Swap (CDS), taxa de desemprego, Produto Interno Bruto (PIB) e demais fatores de exposição de risco. A definição de cenários macroeconômicos envolve riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado.

O Banco realiza uma análise detalhada de cada exposição ao risco de crédito, considerando fatores como a probabilidade de inadimplência (PD), a perda em caso de inadimplência (LGD) e a exposição no momento do default (EAD) para operações que são disponibilizados limites de crédito para utilização. Com isso, o Banco gerencia o risco de crédito de forma precisa e dinâmica, ajustando as provisões conforme as condições econômicas e o perfil de risco dos tomadores. Com a Resolução CMN nº 4.966/21, o reconhecimento de receitas de juros e encargos ocorre enquanto a operação não estiver alocada no terceiro estágio – com a marcação de Ativo Problemático.

Os impactos da adoção inicial dos critérios mencionados acima estão demonstrados na nota explicativa nº 2 Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

vii. Definição de Ativo Problemático e “Stop Accrual”

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, um ativo é classificado com dificuldades significativas na recuperação de recuperação de crédito (ativo problemático) nas seguintes situações:

- (i) Quando há atraso superior a 90 dias no pagamento do principal, juros ou encargos;
- (ii) Quando houver indícios de que a obrigação não será integralmente cumprida nas condições vigentes, exigindo, se aplicável, a execução das garantias; e
- (iii) Em casos de recuperação judicial ou extrajudicial, falência decretada e reestruturação das operações.

Atendidas essas condições, aplica-se o conceito de stop accrual, ou seja, interrompe-se o reconhecimento de receitas, juros e encargos, conforme disposto no Art. 3º da Resolução CMN nº 4.966/21.

Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura), resultando no retorno do reconhecimento de receitas (accrual) para os instrumentos no terceiro estágio e reversões de provisão. Os critérios de cura são revisados anualmente, ou em prazo inferior, considerando evoluções no portfólio, mudanças regulatórias e a análise de novos dados, garantindo a aderência do processo à melhor percepção de risco.



Renegociação

A renegociação pode ocorrer em situações diversas, sem que haja, necessariamente, deterioração da qualidade creditícia da contraparte, caracterizando-se como ajuste contratual dentro das condições normais de relacionamento entre as partes.

Consideram-se ativos renegociados aqueles decorrentes de acordo que implique a alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento financeiro ou a substituição do contrato original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da obrigação inicialmente assumida.

Reestruturação

Consideram-se ativos reestruturados aqueles que envolvem concessões significativas por parte da instituição, motivadas pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte, sendo tais concessões distintas daquelas que seriam oferecidas em circunstâncias normais. As condições originalmente pactuadas do instrumento são alteradas ou substituídas por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros do Banco Inter são mensurados ao custo amortizado (CA), exceto os casos mencionados abaixo:

- Derivativos e Passivos financeiros gerados em empréstimos ou aluguel de ativos financeiros: valor justo por meio do resultado;
- Passivos financeiros decorrentes da transferência de ativos financeiros: são reconhecidos e mensurados conforme os critérios estabelecidos na Seção III da Resolução 4.966/21;
- Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar: conforme os dispostos no Capítulo IV da Resolução 4.966/21; e
- Garantias financeiras prestadas são mensuradas, após o reconhecimento inicial, pelo maior valor entre:

(a) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e

(b) o valor justo no reconhecimento inicial, deduzido do valor acumulado da receita reconhecida.

A Resolução CMN nº 4.966/21 veda em seu Art. 10 a reclassificação de passivos financeiros no reconhecimento.

Instrumentos Patrimoniais

Os instrumentos patrimoniais (ações) detidos pelo Banco Inter são classificados ao valor justo por meio do resultado, exceto as participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto, que são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial. O Banco adota esta classificação considerando que as características desses ativos em alguns casos atendem o conceito de Somente Pagamento de Principal e Juros.

Baixa de Ativo e Passivo Financeiro

Os ativos financeiros são baixados para prejuízo quando não há expectativa razoável de recuperação ou ocorra a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo.

Os passivos financeiros são baixados quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada, vencida ou expirada.



Instrumentos financeiros derivativos e hedge contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida em observância aos critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Inter, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, em função da designação para hedge accounting.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- **Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado;
- **Hedge de fluxo de caixa:** para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido". Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado; e
- **Hedge de Investimento Líquido no Exterior:** é registrado de forma semelhante ao hedge de fluxo de caixa. A parcela efetiva dos ganhos ou perdas do instrumento de hedge é contabilizada diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia. Sendo que, os efeitos da parcela inefetiva são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Para os derivativos classificados na categoria hedge contábil existe o acompanhamento da efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

A partir de 2027, as operações de derivativos e hedge accounting serão classificadas de acordo com as premissas da Resolução CMN nº 4.966 que revogará a Circular nº 3.082 e a Resolução CMN nº 4.524.

(f) Ativos financeiros mantidos para venda

Os bens não de uso próprio são ativos não financeiros que as instituições financeiras mantêm com a finalidade de venda. Esses ativos não são utilizados diretamente nas operações da Companhia e não estão relacionados à prestação de serviços financeiros. Eles podem incluir imóveis, equipamentos, veículos e outros ativos tangíveis via dação em pagamento das dívidas ou retomados pelas vias judiciais aplicáveis.



(g) Investimentos

Quando há controle ou influência significativa na administração, os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Na inexistência de controle ou influência significativa, os investimentos são registrados pelo custo de aquisição. É reconhecida uma provisão para perda por impairment no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento, incluindo ágio, exceder seu valor recuperável.

(h) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a entidade.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: edificações, 4%, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10% e sistema de processamento de dados, 20%.

(i) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto, principalmente, por: (i) Direitos de uso, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a empresa; (ii) Softwares e intangíveis gerados internamente, que são amortizados conforme suas respectivas expectativas de realização.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. O Inter não possui ativos intangíveis de vida útil indefinida em 30 de junho de 2025.

(j) Arrendamento

O Banco Inter não atua como arrendador de forma significativa. Ao iniciar um contrato, avalia se ele contém um arrendamento, ou seja, se transfere o direito de uso de um ativo identificado por um período determinado mediante pagamento.

Como Arrendatário

No início ou na alteração de contratos com componente de arrendamento mercantil, o Banco Inter aloca os valores entre os componentes de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais. Contudo, para arrendamentos de imóveis, opta por não separar esses componentes, tratando-os como um único componente de arrendamento.

O ativo é amortizado linearmente até o fim do contrato, salvo nos casos em que há transferência de propriedade ou opção de compra provável, sendo então depreciado pela vida útil do ativo. O ativo também é avaliado periodicamente quanto à recuperação de valor e ajustado conforme remensurações do passivo.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontado pela taxa implícita ou pela taxa de empréstimo incremental, definida com base em financiamentos de terceiros ajustados aos termos do contrato e tipo de ativo.

Os pagamentos considerados incluem valores fixos, variáveis indexados, garantias de valor residual, opções de compra e multas por rescisão, sendo o passivo contabilizado pelo custo amortizado com base no método dos juros efetivos.



Remensuração de ativos e passivos de arrendamento

A remensuração de ativos e passivos de arrendamento ocorre quando há alterações nos pagamentos futuros, como mudanças em índices, taxas, garantias de valor residual ou decisões sobre opções contratuais. Nesses casos, o passivo é ajustado e o ativo de direito de uso é reavaliado, ou o impacto é registrado no resultado se o ativo já estiver totalmente depreciado. Os ativos são apresentados como “Intangível” e os passivos como “Outros passivos financeiros” no balanço patrimonial.

Arrendamento de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo

O Banco Inter optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para contratos de baixo valor e de curto prazo, como os de equipamentos de informática, contabilizando os respectivos pagamentos como despesa linear ao longo do período do arrendamento.

(k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - Impairment

Os ativos são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

O Inter avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo e, se houver evidência de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso. O teste de redução ao valor recuperável é realizado no mínimo anualmente ou quando há eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil exceda seu valor recuperável.

(l) Outros ativos

Os saldos registrados em Outros Ativos Financeiros são compostos, principalmente, por despesas antecipadas que correspondem a aplicações de recursos cujos benefícios econômicos serão apropriados em exercícios futuros, conforme o regime de competência.

(m) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/09, conforme critérios, a saber:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; e
- **Passivos contingentes:** (quando aplicável): decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.



As provisões e/ou passivos contingentes são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Com relação às bases de mensuração das provisões, a entidade observa, a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, considerando os riscos e incertezas envolvidos. Quando relevante, o efeito financeiro produzido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação; e os eventos futuros que possam alterar a quantia necessária para liquidar a obrigação.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas são registradas na demonstração financeira quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Para processos relativos a causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, é utilizado o método massificado, que considera parâmetro estatístico. Os provisionamentos cíveis são realizados com base no ticket médio histórico das condenações dos últimos 24 meses; e os provisionamentos trabalhistas são realizados com base no ticket médio histórico das condenações nos últimos 36 meses.

Obrigações tributárias e previdenciárias decorrem de obrigações relacionadas à cobrança de tributos. Essa apuração é realizada pelo escritório terceirizado responsável pelo acompanhamento processual, considerando os valores cobrados pelo Fisco, as provas apresentadas pela empresa e as tendências jurisprudenciais aplicáveis ao caso.

(n) Tributos

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

	Alíquotas vigentes
Tributos sobre o lucro	
Imposto de renda	15 %
Adicional de imposto de renda	10 %
Contribuição social sobre o lucro	20 %
Outros impostos	
PIS/PASEP	0,65 %
COFINS	4 %
ISS	Até 5%

(o) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem recolhidos, refletindo as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. O imposto corrente é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

**(p) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no período são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

A partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco passou aplicar as novas regras para a dedutibilidade das perdas com créditos nas bases de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme estabelece a Lei nº 14.467 de 16 de novembro de 2022 e a Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024.

(q) Outros passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

(r) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao exercício contábil a que se referem as informações que originam ajustes); e
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao exercício contábil a que se referem as informações que não originam ajustes).

(s) Pagamentos baseados em ações

Os planos de pagamento baseados são outorgados pela Inter&Co Inc., controladora indireta do Banco Inter, aos colaboradores e diretores do Banco Inter e de suas controladas. Em função de suas características, tais planos são classificados como pagamento baseado em ações liquidado em instrumento patrimonial. O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas, com um correspondente aumento no patrimônio líquido (reservas de capital), durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). Quaisquer mudanças no valor justo das opções são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.



(t) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

As políticas internas do Inter consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Inter previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Para o resultado em 30 de junho de 2025, não tivemos resultados não recorrentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2025
Moeda nacional	307.862
Moeda estrangeira	239.821
Total de disponibilidades	547.683
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	4.434.091
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.981.774

(a) Referem-se a operações, cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, era igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2025
Aplicações em operações compromissadas	3.789.197
Letras do tesouro nacional (LTN)	3.516.199
Notas do tesouro nacional (NTN)	200.000
Letras financeiras do tesouro (LFT)	72.998
Aplicações em depósitos interfinanceiros	644.894
Aplicações em depósitos interfinanceiros	644.894
Total	4.434.091

b. Abertura por vencimento

Título			30/06/2025
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	
Letras do tesouro nacional (LTN)	3.516.199	—	3.516.199
Notas do tesouro nacional (NTN)	200.000	—	200.000
Letras financeiras do tesouro (LFT)	72.998	—	72.998
Aplicações em depósitos interfinanceiros	644.894	—	644.894
Total	4.434.091	—	4.434.091

c. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2025
Aplicações em operações compromissadas	42.166
Aplicações em depósitos interfinanceiros	53.417
Total	95.583



6. Títulos e valores mobiliários, líquidos de provisões para perdas esperadas

a. Composição dos títulos líquidos de perdas esperadas

	30/06/2025
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA	20.724.300
Letras financeiras do tesouro (LFT)	9.428.226
Títulos emitidos no exterior	4.143.621
Notas do tesouro nacional (NTN)	3.765.680
Letras do tesouro nacional (LTN)	2.045.135
Nota promissória comercial	626.280
Cotas de fundo de investimento	578.346
Certificados de recebíveis imobiliários	71.988
Certificados de recebíveis agrícolas	58.240
Debêntures	21.831
Perda esperada por redução ao valor recuperável	(15.047)
Custo amortizado	1.813.932
Notas do tesouro nacional (NTN)	686.110
Cédula produto rural	598.392
Letras do tesouro nacional (LTN)	555.284
Perda esperada por redução ao valor recuperável	(25.854)
Valor justo por meio do resultado - VJR	713.381
Certificados de recebíveis imobiliários	304.437
Cotas de fundo de investimento	198.304
Debêntures	123.981
Certificados de recebíveis agrícolas	92.059
Perda esperada por redução ao valor recuperável	(5.400)
Total	23.251.613
Circulante	7.821.019
Não circulante	15.430.594

O Inter avalia 88,7% da carteira como de baixo risco de crédito (principalmente por Títulos Públicos - Brasil e exterior) e por essa razão não mantém provisão de perda de crédito esperada.

Os Títulos e Valores Mobiliários estão classificados: R\$ 2.322.377 no estágio 1, R\$ 5.674 no estágio 2 e R\$ 1.400 no estágio 3.

As provisões para perda de crédito esperada dos Títulos e Valores Mobiliários estão classificadas: R\$ 24.579 no estágio 1, R\$ 1.546 no estágio 2 e R\$ 20.176 no estágio 3.

b. Detalhamento do valor contábil dos títulos por vencimento, líquidos de perdas

30/06/2025

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	Custo atualizado	Ganhos (perdas) não realizados
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA	4.231.539	3.192.279	3.331.331	6.410.747	3.558.403	20.724.300	21.209.553	(485.253)
Letras financeiras do tesouro (LFT)	2.407.738	6.566	1.047.701	5.297.142	669.079	9.428.226	9.428.058	168
Títulos emitidos no exterior	886.590	2.970.866	286.165	—	—	4.143.621	3.884.581	259.040
Notas do tesouro nacional (NTN)	448.949	—	598.583	431.193	2.286.955	3.765.680	4.402.594	(636.914)
Letras do tesouro nacional (LTN)	382.946	205.047	1.164.099	293.043	—	2.045.135	2.144.059	(98.924)
Nota promissória comercial	105.316	9.800	160.401	341.582	—	617.100	621.380	(4.280)
Cotas de fundo de investimento	—	—	17.593	30.391	527.659	575.643	575.643	—
Certificados de recebíveis imobiliários	—	—	—	2.654	67.996	70.650	74.051	(3.401)
Certificados de recebíveis agrícolas	—	—	56.789	—	—	56.789	57.038	(249)
Debêntures	—	—	—	14.742	6.714	21.456	22.149	(693)
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de custo		
Custo amortizado	85.392	269.209	687.772	85.448	686.110	1.813.932		
Notas do tesouro nacional (NTN)	—	—	—	—	686.110	686.110		
Cédula produto rural	85.392	269.209	184.398	33.538	—	572.538		
Letras do tesouro nacional (LTN)	—	—	503.374	51.910	—	555.284		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo		
Valor justo por meio do resultado - VJR	40.011	2.589	49.310	56.016	565.456	713.381		
Certificados de recebíveis imobiliários	32	12	3.723	17.479	281.501	302.747		
Cotas de fundo de investimento	39.962	—	—	—	158.342	198.304		
Debêntures	—	2.288	16.551	20.022	83.289	122.150		
Certificados de recebíveis agrícolas	17	289	29.036	18.515	42.324	90.180		
Total	4.356.942	3.464.077	4.068.413	6.552.211	4.809.969	23.251.613		
				Total Circulante		7.821.019		
				Total não Circulante		15.430.594		

c. Reconciliação das perdas esperadas dos títulos e valores mobiliário

Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada em 01 de janeiro de 2025	14.143	—	—	14.143
Transferidos para o estágio 1	—	—	—	—
Transferidos para o estágio 2	—	—	—	—
Transferidos para o estágio 3	—	—	—	—
Oriundos do Estágio 1	—	—	—	—
Oriundos do Estágio 2	—	—	—	—
Oriundos do Estágio 3	—	—	—	—
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	904	—	—	904
Perda esperada em 30 de junho de 2025	15.047	—	—	15.047

Custo amortizado	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada em 01 de janeiro de 2025	7.755	8.506	11.986	28.247
Transferidos para o estágio 1	—	—	—	—
Transferidos para o estágio 2	(933)	—	—	(933)
Transferidos para o estágio 3	(5.010)	(8.763)	—	(13.773)
Oriundos do Estágio 1	—	933	5.010	5.943
Oriundos do Estágio 2	—	—	8.763	8.763
Oriundos do Estágio 3	—	—	—	—
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	2.918	272	(5.583)	(2.393)
Perda esperada em 30 de junho de 2025	4.730	948	20.176	25.854

Valor justo por meio do resultado - VJR	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada em 01 de janeiro de 2025	8.589	2.791	—	11.380
Transferidos para o estágio 1	—	(169)	—	(169)
Transferidos para o estágio 2	(9)	—	—	(9)
Transferidos para o estágio 3	—	—	—	—
Oriundos do Estágio 1	—	9	—	9
Oriundos do Estágio 2	169	—	—	169
Oriundos do Estágio 3	—	—	—	—
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	(3.947)	(2.033)	—	(5.980)
Perda esperada em 30 de junho de 2025	4.802	598	—	5.400

d. Resultado com títulos e valores mobiliários, derivativos e câmbio

	30/06/2025
Resultado de títulos e valores mobiliários	1.429.281
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.220.163
Valor justo por meio do resultado	183.706
Custo amortizado	25.412
Resultado de derivativos	(70.580)
Futuro dólar	121.712
À termo	(35.212)
Futuro e swap (a)	(157.080)
Resultado de operações de câmbio e variação cambial	11.675
Total	1.370.376

(a) No semestre findo em 30 de Junho de 2025, os ajustes a mercado do objeto de hedge compensam os efeitos do resultado de derivativos de Hedge Accounting.



7. Instrumentos financeiros derivativos

A Inter realiza operações com instrumentos financeiros derivativos na gestão de riscos da instituição, bem como para atender demandas de seus clientes. Essas operações envolvem derivativos de swaps, índices, futuros e termos.

a. Instrumentos financeiros derivativos - ajuste a valor de mercado por vencimento

	Valor de referência (notional)	Custo Amortizado	Valor de mercado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	30/06/2025
Ativo						
Contratos a termo	29.183	727	727	649	78	727
Contratos futuros	833.590	—	—	—	—	—
Total do ativo	862.773	727	727	649	78	727
Passivo						
Contratos de swap	(13.500)	(5.010)	(5.010)	(5.010)	—	(5.010)
Contratos a termo	(1.470.944)	(30.516)	(30.516)	(30.473)	(43)	(30.516)
Contratos futuros	(11.264.939)	—	—	—	—	—
Total do passivo	(12.749.383)	(35.526)	(35.526)	(35.483)	(43)	(35.526)
Efeito líquido (a)	(11.886.610)	(34.799)	(34.799)	(34.834)	35	(34.799)

(a) O resultado dos instrumentos derivativos são apresentados na nota 6.d.

b. Contratos a termo, futuro e swap – valor de referência

A seguir apresentamos o valor de referência de todos os derivativos por vencimento:

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	30/06/2025
Posição comprada	474.793	387.980	—	—	862.773
Contratos a termo	27.483	1.700	—	—	29.183
Contratos futuros	447.310	386.280	—	—	833.590
Posição vendida	(3.472.074)	(1.761.774)	(2.935.930)	(4.579.605)	(12.749.383)
Contratos de swap	(13.500)	—	—	—	(13.500)
Contratos a termo	(1.467.719)	(3.225)	—	—	(1.470.944)
Contratos futuros	(1.990.855)	(1.758.549)	(2.935.930)	(4.579.605)	(11.264.939)
Total	(2.997.281)	(1.373.794)	(2.935.930)	(4.579.605)	(11.886.610)

Contratos de swap: Os swaps foram realizados com a finalidade de mitigar o risco de mercado associados ao descasamento entre os indexadores da carteira de crédito imobiliário e os indexadores da carteira de captação. Em 30 de junho de 2025, o Inter possuía contratos de swaps ativos em CDI e passivos em IGP-M, registrados na B3, com depósito de margem de garantia e reconhecidos pelo seu valor justo no resultado do período.

Contratos a termo: Os contratos a termo foram realizados tanto para mitigar os riscos de mercado decorrente de exposição do Inter quanto para atender demandas específicas de clientes. Os contratos a termo consideram a compra ou venda de determinado ativo com base em um preço previamente acordado, com liquidação em data futura.



Contratos futuros: Os contratos futuros foram realizados com o objetivo de mitigar: (i) os riscos decorrentes das exposições vinculadas à taxa de câmbio, incluindo de investimentos no exterior; e (ii) os riscos decorrentes do descasamento das taxas de juros das posições ativas e das taxas de captação.

As transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e swap) são mantidas sob custódia na B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO.

c. Valores de referência, separados por local de negociação e contraparte

	30/06/2025
B3 (bolsa) (a)	(10.431.349)
B3 (balcão) (b)	(1.455.261)
Instituição financeira	(1.199.950)
Empresas	(255.311)
Total	(11.886.610)

(a) Inclui hedge específico para proteção de ativos e passivos indexados a Pré, IPCA e moeda estrangeira; e

(b) Inclui principalmente hedge específico para proteção de títulos emitidos no exterior em moeda estrangeira.

d. Hedge contábil - valor de mercado

O Inter possui estratégia de gerenciamento de risco por meio de operações de hedge, visando mitigar a exposição à taxa de juros, variação cambial e fluxos de caixa. Para refletir de maneira mais adequada o resultado econômico dessas estratégias nos demonstrativos financeiros, os resultados são apresentados a partir de uma abordagem de hedge accounting, realizada em conformidade com a estratégia e propósito da estrutura, podendo ser: (i) Hedge a Valor Justo (Fair Value Hedge), (ii) Hedge de Fluxo de Caixa (Cash Flow Hedge), e (iii) Hedge de Investimento no Exterior.

Neste contexto, parte do resultado da estrutura pode ser reconhecida diretamente na demonstração do resultado ou nos Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido, líquidos de efeitos tributários, sendo transferidos para a demonstração do resultado em caso de inefetividade ou liquidação da estrutura de hedge.

i. Hedge a valor justo (Fair value Hedge)

As estratégias de hedge a valor justo da Inter visam proteger a exposição às variações no valor justo, especificamente nos recebimentos de juros relacionados a ativos reconhecidos. O objeto de hedge é ajustado ao valor de mercado, bem como os derivativos contratados para proteção do mesmos. Os ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos itens protegidos são reconhecidos simultaneamente no resultado, reduzindo a volatilidade contábil.

Abaixo, apresentamos os efeitos da contabilização da cobertura sobre a posição financeira e o desempenho da Inter:

	30/06/2025
Instrumentos de hedge	8.820.776
DI futuro (a)	3.347.732
DAP (b)	5.473.044
Swap (b)	—
Objeto de hedge	8.820.481
Operações de crédito (a)	3.347.437
Operações de crédito imobiliário (b)	5.473.044



- (a) O instrumento de *hedge* utilizado é a Taxa DI Futuro. O objeto do *hedge* abrange as carteiras de empréstimos, incluindo antecipação de saque do FGTS e crédito consignado; e
- (b) O instrumento de *hedge* utilizado é o DAP e SWAP. O objeto de *hedge* abrange a carteira de crédito imobiliário.

ii. Hedge de investimento no exterior

As estratégias de *hedge* de investimento líquido no exterior da Inter têm como objetivo mitigar a exposição às flutuações cambiais resultantes de investimentos, cuja moeda funcional difere da moeda nacional, a qual impacta o resultado da organização. A parcela efetiva do resultado do *hedge* é reconhecida em conta de patrimônio líquido e transferida para o resultado apenas a parte inefetiva do instrumento.

Neste contexto, o risco protegido é o risco cambial:

	30/06/2025
Instrumentos de hedge	1.074.595
Dólar futuro (a)	1.074.595
Objeto de hedge	1.057.896
Investimento no exterior (a)	1.057.896

- (a) O instrumento de *hedge* utilizado é o contrato de dólar futuro. O objeto do *hedge* são os investimentos nas empresas (Cayman e Payments) no exterior.

iii. Hedge de fluxo de caixa (*Cash Flow Hedge*)

As estratégias de *Cash Flow Hedge* da Inter visam proteger a exposição às variações nos fluxos de caixa futuros, especialmente em relação aos pagamentos de juros e às flutuações da taxa de câmbio. A parcela efetiva da valorização ou desvalorização dos instrumentos de *hedge* são reconhecidas em conta de patrimônio líquido e só transferida para resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; e (ii) na realização do objeto de *hedge*.

	30/06/2025
Instrumentos de hedge	1.239.363
Dólar futuro (a)	82.030
Non Deliverable Forward - NDF (b)	1.157.333
Objeto de hedge	1.263.760
Obrigações com fornecedores (a)	81.857
Títulos emitidos no exterior (b)	1.181.903

- (a) O instrumento de *hedge* utilizado é o contrato de dólar futuro. O objeto do *hedge* são obrigações com fornecedores indexados à dólar, e

- (b) O instrumento de *hedge* utilizado são NDF's. O objeto de *hedge* são títulos públicos emitidos no exterior, considerados de baixo risco, com prazos variados e sem pagamento de juros periódicos.

8. Outros ativos financeiros

	<u>30/06/2025</u>
Transações de pagamentos	3.602.880
Rendas a receber	551.864
Outros sistemas de liquidação	295.078
Prêmio ou desconto em operação de transferência de ativos financeiros	199.787
Adiantamentos de contrato de câmbio	132.121
Perdas esperadas (a)	(7.090)
Outros	41.370
Total	4.816.010
Circulante	4.815.956
Não circulante	54

(a) Referem-se as perdas esperadas das transações de pagamentos e adiantamento de contrato de câmbio.



9. Carteira de crédito líquida de provisão para perdas esperadas

a. Composição do saldo

	30/06/2025	
Cartão de crédito	12.858.155	33,6%
Imobiliário	11.948.387	31,2%
Pessoal	9.953.367	26,0%
Empresas	3.228.461	8,4%
Rural	289.641	0,8%
Total	38.278.011	100 %
Perda esperada por redução ao valor recuperável	(2.458.691)	
Saldo Líquido	35.819.320	

b. Segregação por prazo

	30/06/2025
Vencidas a partir de 1 dia	4.258.720
A vencer até 3 meses	3.644.332
A vencer de 3 a 12 meses	9.992.449
A vencer acima de um ano	20.382.510
Total	38.278.011

c. Análise da movimentação dos empréstimos e adiantamentos à clientes por estágio

Estágio 1 (a)	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (recebimento)	Saldo final em 30/06/2025
Cartão	10.331.048	(1.129.480)	(2.107)	707.355	—	(1.443.041)	—	2.997.521	11.461.296
Imobiliário	9.116.915	(1.356.256)	(10.569)	972.564	8.973	(517.976)	—	2.518.321	10.731.972
Pessoal	7.389.886	(361.143)	(44.598)	231.035	170.780	(874.601)	—	2.696.377	9.207.736
Empresas	3.370.247	(128.221)	(2.796)	41.921	—	(3.287.943)	—	3.120.493	3.113.701
Rural	340.834	(3.748)	(743)	—	—	(139.124)	—	87.931	285.150
Total	30.548.930	(2.978.848)	(60.813)	1.952.875	179.753	(6.262.685)	—	11.420.643	34.799.855
Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (recebimento)	Saldo final em 30/06/2025
Cartão de crédito	272.683	(707.355)	(1.016.714)	1.129.480	113	(736.691)	—	1.251.242	192.758
Imobiliário	834.334	(972.564)	(441.070)	1.356.256	52.676	(60.081)	—	(18.661)	750.890
Pessoal	257.370	(231.035)	(171.481)	361.143	26.843	(71.307)	—	(30.189)	141.344
Empresas	44.077	(41.921)	(77.738)	128.221	1.178	(6.406)	—	(5.736)	41.675
Rural	—	—	(3.748)	3.748	—	—	—	—	—
Total	1.408.464	(1.952.875)	(1.710.751)	2.978.848	80.810	(874.485)	—	1.196.656	1.126.667
Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (recebimento)	Saldo final em 30/06/2025
Cartão de crédito	1.053.119	—	(113)	2.107	1.016.714	(206.136)	(626.664)	(34.926)	1.204.101
Imobiliário	217.862	(8.973)	(52.676)	10.569	441.070	(112.765)	—	(29.562)	465.525
Pessoal	583.875	(170.780)	(26.843)	44.598	171.481	(164.681)	(165.337)	331.974	604.287
Empresas	36.299	—	(1.178)	2.796	77.738	(7.132)	(10.729)	(24.709)	73.085
Rural	—	—	—	743	3.748	—	—	—	4.491
Total	1.891.155	(179.753)	(80.810)	60.813	1.710.751	(490.714)	(802.730)	242.777	2.351.489
Consolidado					Saldo inicial em 01/01/2025	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (recebimento)	Saldo final em 30/06/2025
Cartão de crédito					11.656.850	(2.385.868)	(626.664)	4.213.837	12.858.155
Imobiliário					10.169.111	(690.822)	—	2.470.098	11.948.387
Pessoal					8.231.131	(1.110.589)	(165.337)	2.998.162	9.953.367
Empresas					3.450.623	(3.301.481)	(10.729)	3.090.048	3.228.461
Rural					340.834	(139.124)	—	87.931	289.641
Total					33.848.549	(7.627.884)	(802.730)	12.860.076	38.278.011

(a) Em 30 de junho de 2025 o Banco Inter não possui ativos alocados no primeiro estágio que representam atraso superior a 30 dias.

d. Análise da movimentação das perdas esperadas por estágio:

(Consideram perdas esperadas com operações de crédito e compromissos a serem honrado - Vide nota 21)

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Baixas para prejuízo	Constituição/ (reversão)	Saldo final em 30/06/2025
Cartão de crédito	539.972	(224.412)	(1.582)	102.131	—	—	353.469	769.578
Imobiliário	42.694	(72.215)	(1.658)	11.198	45	—	53.924	33.988
Pessoal	95.096	(82.521)	(28.923)	12.331	15.708	—	109.953	121.644
Empresas	9.911	(9.124)	(559)	150	—	—	9.120	9.498
Rural	7.015	(335)	(119)	—	—	—	(3.068)	3.493
Total	694.688	(388.607)	(32.841)	125.810	15.753	—	523.398	938.201

Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Baixas para prejuízo	Constituição/ (reversão)	Saldo final em 30/06/2025
Cartão de crédito	151.240	(102.131)	(762.743)	224.412	18	—	558.736	69.532
Imobiliário	37.097	(11.198)	(69.767)	72.215	740	—	4.172	33.259
Pessoal	69.696	(12.331)	(120.898)	82.521	10.932	—	4.842	34.762
Empresas	5.810	(150)	(23.610)	9.124	13	—	12.443	3.630
Rural	—	—	(645)	335	—	—	310	—
Total	263.843	(125.810)	(977.663)	388.607	11.703	—	580.503	141.183

Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Baixas para prejuízo	Constituição/ (reversão)	Saldo final em 30/06/2025
Cartão de crédito	890.246	—	(18)	1.582	762.743	(626.664)	(57.615)	970.274
Imobiliário	76.165	(45)	(740)	1.658	69.767	—	(59.297)	87.508
Pessoal	409.857	(15.708)	(10.932)	28.923	120.898	(165.337)	97.629	465.330
Empresas	22.623	—	(13)	559	23.610	(10.729)	2.683	38.733
Rural	—	—	—	119	645	—	517	1.281
Total	1.398.891	(15.753)	(11.703)	32.841	977.663	(802.730)	(16.083)	1.563.126

Consolidado	Saldo inicial em 01/01/2025	Baixas para prejuízo	Constituição/ (reversão)	Saldo final em 30/06/2025
Cartão de crédito	1.581.458	(626.664)	854.590	1.809.384
Imobiliário	155.956	—	(1.201)	154.755
Pessoal	574.649	(165.337)	212.424	621.736
Empresas	38.344	(10.729)	24.246	51.861
Rural	7.015	—	(2.241)	4.774
Total	2.357.422	(802.730)	1.087.818	2.642.510



e. Rendas de operações de crédito

	30/06/2025
Imobiliário	894.829
Cartão de crédito	862.233
Pessoal	818.215
Empresas	286.463
Outros (a)	402.739
Total	3.264.479

(a) Refere-se aos resultados das transações de pagamento vide nota 8 e crédito rural.

f. Operações de crédito renegociadas e reestruturadas

O saldo acumulado da carteira de crédito renegociada é de R\$1.612.502, o que representa aproximadamente 4,2% sobre o total da carteira de crédito, excluindo o efeito de perdas esperadas.

As operações reestruturadas são formalizadas por produto específico de repactuação. Elas apresentam alteração das condições financeiras para inadimplentes com deterioração da capacidade de pagamento, mediante alteração de taxa de juros, valor principal e/ou prazo de vencimento, com vistas à regularização desses débitos. O saldo da carteira de crédito reestruturada é de R\$551.572, o que representa aproximadamente 1,4% sobre o total da carteira de crédito, excluindo o efeito de perdas esperadas.



10. Ativos não financeiros mantidos para venda

	30/06/2025
Imóveis	279.207
Estoque de materiais	8.693
Provisão para perda ao valor recuperável	(18.691)
Total	269.209

11. Ativos fiscais diferidos

Os ativos fiscais diferidos são decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões sobre operações de crédito, provisão sob ações cíveis e trabalhistas, marcação a mercado dos títulos classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por resultado, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social, entre outras.

a. Origem e movimentação dos ativos fiscais diferidos

	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2025
Recomposição dos ativos diferidos				
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	934.449	141.111	(21.165)	1.054.395
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros/Hedge	433.867	364.007	(433.864)	364.010
Diferenças temporárias diversas	252.596	127.429	(126.006)	254.019
Prejuízo fiscal	36.010	313	—	36.323
Provisão para contingências	21.697	22.001	(21.696)	22.002
Hedge accounting	39.185	7.334	—	46.519
	1.717.804	662.195	(602.731)	1.777.268
Recomposição dos passivos diferidos				
Hedge Accounting	(11.357)	(66.953)	—	(78.310)
Mais-valia de ativos na combinação de negócios	(17.356)	(243)	1.959	(15.640)
Diversos	—	(612)	—	(612)
Total	(28.713)	(67.808)	1.959	(94.562)

b. Projeção de realização dos créditos tributários

	Diferenças temporárias 30/06/2025	Prejuízos fiscais 30/06/2025	Total 30/06/2025
2025	163.225	—	163.225
2026	294.361	36.323	330.684
2027	386.306	—	386.306
2028	294.361	—	294.361
2029	150.673	—	150.673
2030 a 2032	452.019	—	452.019
Total	1.740.945	36.323	1.777.268

Em 30 de junho de 2025, o valor presente dos créditos tributários foi calculado com base na taxa média de certificados de depósitos interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes, DI de 14,0% a.a. e totalizava R\$ 1.249.761.



c. Reconciliação da taxa de imposto efetiva

	30/06/2025
	Imposto de Renda/ Contribuição social
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de renda e da contribuição social	445.383
Imposto de renda e contribuição social - (45%)	(200.410)
Efeito Fiscal de:	
Juros sobre capital próprio	63.023
Renda não tributável (despesas não dedutíveis) líquida	109.172
Subsidiárias não sujeitas a tributação do Lucro Real	43.181
Outros	6.340
Benefício/Despesa de Imposto de renda total	21.306
Taxa de imposto efetiva	4,78 %
Benefício/Despesa de Imposto de renda total	21.306

d. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2025
	Imposto de Renda/ Contribuição social
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:	
Despesa corrente	(170.247)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	140.279
Provisão para contingências	304
Avaliação a valor justo operações marcadas a mercado/ Hedge	51.138
Outras diferenças temporárias	1.424
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	313
Outros	(1.905)
Subtotal de despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	191.553
Total de receita de impostos	21.306

12. Investimentos em controladas e coligadas

a. Composição dos investimentos

Entidades controladas	Localização da sede	30/06/2025					Valor dos investimentos	Resultado de equivalência
		Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido ajustado	Capital Social	Lucro (Prejuízo) líquido	30/06/2025	30/06/2025
Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda	Minas Gerais - Brasil	389.433	190.992	198.441	100	56.700	119.064	34.020
Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	Minas Gerais - Brasil	747.280	311.933	435.347	335.000	13.725	435.347	13.725
Inter & Co Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda	Minas Gerais - Brasil	146.860	79.094	67.766	98.961	2.169	41.086	1.315
IM Designs Desenvolvimento de Software S.A	Minas Gerais - Brasil	10.628	430	10.199	15.138	(749)	5.099	(375)
Acerto Cobrança e Informações Cadastrais S.A	Minas Gerais - Brasil	15.169	6.938	8.231	20.495	(3.403)	4.939	(2.042)
Inter Pag Instituição de Pagamentos S.A	São Paulo - Brasil	2.753.211	662.857	2.090.354	1.413.243	54.517	2.090.354	54.517
Inter Asset Gestão de Recursos Ltda	São Paulo - Brasil	13.251	7.759	5.492	1.059	7.974	3.892	5.651
Inter & Co Payments, Inc.	Miami - EUA	2.169.277	1.204.210	965.067	1.307.740	(14.579)	965.067	(14.579)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	—	—	—	—	—	—	543.491	—
Mais valia	—	—	—	—	—	—	149.795	—
Total	—	6.245.109	2.464.213	3.780.897	3.191.736	116.354	4.358.134	92.232

	Valor dos investimentos
	30/06/2025
Outros investimentos	
Outros investimentos	9.509
Total	9.509

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob as rubricas “Resultado de participações em controladas e coligadas”.



b. Participação no capital

Controladas diretas	Ramo de atividade	Ações ordinárias e/ou cotas	Participação no capital (%)
			30/06/2025
Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda	Corretora de seguros	60.000	60,00 %
Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	Distribuidora de TVM	335.000.000	100,00 %
Inter & Co Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda	Prestação de serviços	9.896.122.671	60,63 %
IM Designs Desenvolvimento de Software S.A (a)	Prestação de serviços	50.000.000	50,00 %
Acerto Cobrança e Informações Cadastrais S.A	Prestação de serviços	60.000.000.000	60,00 %
Inter Pag Instituição de Pagamento S.A	Prestação de serviços	1.654.582.386	100,00 %
Inter Asset Gestão de Recursos Ltda	Gestora de recursos	750.814	70,87 %
Inter & Co Payments, Inc	Prestação de serviços	1.000	100,00 %

(a) Vide nota explicativa 33 - Eventos subsequentes.

c. Movimentação dos investimentos

	Saldo em 01/01/2025	Resultado equivalência patrimonial	Amortização	Distribuição de dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	Variação cambial (a)	Aumento de Capital	Ganhos (perdas) de capital	Saldo final em 30/06/2025
Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda.	114.933	34.020	—	(30.183)	294	—	—	—	119.064
Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	421.461	13.725	—	—	161	—	—	—	435.347
Inter & Co Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda	39.771	1.315	—	—	—	—	—	—	41.086
IM Designs Desenvolvimento de Software S.A	5.474	(375)	—	—	—	—	—	—	5.099
Acerto Cobrança e informações	6.959	(2.042)	—	—	22	—	—	—	4.939
Inter Pag Instituição de Pagamentos S.A	1.035.800	54.518	—	—	36	—	1.000.000	—	2.090.354
Inter Asset Gestão de Recursos Ltda	4.224	5.651	—	(3.581)	59	—	—	(2.461)	3.892
Inter & Co Payments, Inc	1.110.573	(14.580)	—	—	462	(131.388)	—	—	965.067
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	589.020	—	(45.529)	—	—	—	—	—	543.491
Mais valia	157.931	—	(8.136)	—	—	—	—	—	149.795
Outros investimentos	9.509	—	—	—	—	—	—	—	9.509
Total	3.495.655	92.232	(53.665)	(33.764)	1.034	(131.388)	1.000.000	(2.461)	4.367.643

(a) Trata-se de ajuste de conversão sobre as demonstrações financeiras de investida no exterior.

13. Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	Vida útil estimada	30/06/2025		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso (a)	4% - 10%	126.070	(13.132)	112.938
Edificações	4%	37.945	(13.166)	24.779
Móveis e equipamentos	10% - 20%	30.080	(28.572)	1.508
Sistema de processamento de dados	20%	31.584	(2.396)	29.188
Total		225.679	(57.266)	168.413

(a) Compreende os ativos identificados nos contratos de arrendamento que se enquadram no escopo da Resolução nº 4.975/21.

b. Movimentação do imobilizado

	Direito de uso	Edificações	Móveis e equipamentos	Sistema de processamento de dados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2025	—	26.438	3.176	24.473	54.087
Adoção inicial da Resolução nº 4975/21 (a)	101.034	—	—	—	101.034
Adição	27.378	42	1.471	4.715	33.606
Baixa	(2.342)	—	—	—	(2.342)
Depreciação	(13.132)	(1.701)	(3.124)	(15)	(17.972)
Saldo em 30 de junho de 2025	112.938	24.779	1.523	29.173	168.413

(a) Compreende os ativos identificados nos contratos de arrendamento que se enquadram no escopo da Resolução nº 4.975/21.

14. Intangível

a. Composição do intangível

	Taxa média de amortização (a.a.)	30/06/2025		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de uso (a)	17%	457.282	(388.620)	68.662
Custos de desenvolvimento (b)	20%	549.287	(206.334)	342.953
Intangível em andamento	—	458.766	—	458.766
Carteira de clientes	20%	10.170	(9.341)	829
Total de Intangível		1.475.505	(604.295)	871.210

(a) Direito de uso: refere-se a softwares e licenças adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações do Inter e suas controladas; e

(b) Custos de desenvolvimento: referem-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar a receita do Inter e suas controladas.

b. Movimentação do intangível

	Direito de uso	Custos de desenvolvimento	Intangível em andamento	Carteira de clientes	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2025	49.394	264.891	420.826	829	735.940
Adição	73.298	—	155.146	—	228.444
Baixa	(177)	—	(644)	—	(821)
Transferências	—	116.562	(116.562)	—	—
Amortização	(53.853)	(38.500)	—	—	(92.353)
Saldo em 30 de junho de 2025	68.662	342.953	458.766	829	871.210

15. Outros ativos

	30/06/2025
Despesas antecipadas	318.669
Valores a receber intragrupo	259.181
Devedores diversos	226.740
Pagamentos a ressarcir	41.420
Adiantamentos a terceiros	30.823
Total	876.833
Circulante	876.833
Não circulante	—

16. Depósitos e captação de recursos

a. Depósitos

	Sem vencimento	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30/06/2025
Depósitos a prazo	—	16.635.908	2.449.369	3.191.743	23.586.307	45.863.327
Depósitos de poupança	1.705.232	—	—	—	—	1.705.232
Depósitos à vista	1.352.966	—	—	—	—	1.352.966
Depósitos interfinanceiros	—	473.249	42.041	20.059	—	535.349
Total	3.058.198	17.109.157	2.491.410	3.211.802	23.586.307	49.456.874
				Circulante		25.870.567
				Não circulante		23.586.307

b. Recursos de aceites e emissão de títulos

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30/06/2025
Letras de crédito imobiliário	736.847	2.592.064	1.778.576	4.741.778	9.849.265
Letras financeiras	120	92.769	68.293	607.437	768.619
Letras imobiliárias garantidas (a)	—	—	—	570.494	570.494
Letras de crédito de agronegócio	—	45.965	66.707	102.572	215.244
Total	736.967	2.730.798	1.913.576	6.022.281	11.403.622
				Circulante	5.381.341
				Não circulante	6.022.281

(a) Em 30 de junho de 2025, o montante de R\$570.494 Letras Imobiliárias Garantida (LIG) que cumpre todos os requisitos determinados pela Resolução nº 5.001/22 do BACEN, sendo: suficiência, liquidez e prazo, com percentual de remuneração de 89% do CDI. A política de gestão da carteira de ativos e o termo de emissão de LIG estão conforme artigo 11 da Resolução nº 5.001/22 do BACEN. Em 30 de junho de 2025 a emissão está garantida por financiamentos imobiliários para aquisição de imóveis residenciais no montante de R\$509.779 aproximadamente 0,59% do ativo total e possuem prazo de vencimento em 2026 e 2028.



c. Obrigações por operações compromissadas

	<u>30/06/2025</u>
Letras financeiras do tesouro (LFT)	2.399.971
Notas do tesouro nacional (NTN)	444.741
Letras do tesouro Nacional (LTN)	374.260
Total	<u>3.218.972</u>

d. Despesas com operações de captação no mercado

	<u>30/06/2025</u>
Despesas de captação	
Depósitos a prazo	(1.684.540)
Captação de mercado aberto	(863.317)
Depósitos de poupança	(61.115)
Depósitos interfinanceiros	(32.866)
Total	<u>(2.641.838)</u>

17. Obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país

	<u>30/06/2025</u>
Obrigações por repasse - Tesouro Funcafé (a)	94.650
Obrigações por repasse - CEF (b)	18.955
Obrigações por repasse - BNDES (c)	1.147
Total	<u>114.752</u>
Circulante	88.182
Não circulante	26.570

(a) Referem-se a operações de crédito rural com Funcafé (com taxa fixa de 8% a.a.);

(b) Referem-se a operações de repasse de financiamentos de créditos imobiliários captados com a Caixa Econômica Federal (com taxas entre 4,5% e 8,2% a.a.); e

(c) Referem-se a operações de Capital de Giro com o BNDES (com taxa fixa de até 6,87% a.a.).

18. Outros passivos financeiros

	<u>30/06/2025</u>
Transações de pagamentos	9.134.739
Credores por recursos a liberar	532.286
Outros sistemas de liquidação	409.708
Passivo financeiro de arrendamento (Nota 18.a)	125.273
Outros passivos	162.179
Total	<u>10.364.185</u>
Circulante	5.572.813
Não circulante	4.791.372

a. Passivo financeiro de arrendamento

Abaixo demonstramos as movimentações de passivos de arrendamentos em 30 de junho de 2025:

Saldo em 01 de janeiro 2025	—
Adoção inicial da Resolução nº 4975/21	113.556
Pagamentos	(17.104)
Apropriação de encargos financeiros	28.687
Saldo final em 30 de junho de 2025	125.273

b. Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 30 de junho de 2025:

	30/06/2025
Até 1 ano	3.826
Entre 1 e 5 anos	121.447
Total	125.273

19. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são definidas e controladas de acordo com a Política de Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração do Inter. A política define e assegura as transações envolvendo o Grupo e seus acionistas ou partes relacionadas diretas ou indiretas.

Abaixo, detalhamos as transações com partes relacionadas:

	Controlador (a)	Controladas e Coligadas (b)	Pessoal-chave da administração (c)	Outras partes relacionadas (d)	Total
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025
Ativos	13.144	156.062	5.543	792.761	967.510
Operação de crédito	3.575	—	5.543	698.636	707.754
Títulos e valores mobiliários	—	576	—	—	576
Outros ativos	9.569	155.486	—	94.125	259.180
Passivos	(57.139)	(2.002.195)	(18.731)	(1.048.741)	(3.126.806)
Depósitos à vista	(683)	(200.224)	(1.295)	(852.005)	(1.054.207)
Depósitos a prazo	(56.017)	(1.783.633)	(17.431)	(158.405)	(2.015.486)
Obrigações por operações compromissadas	—	(128)	—	—	(128)
Outros passivos	(439)	(18.210)	(5)	(38.331)	(56.985)
Resultado	(3.396)	(100.668)	(736)	(6.077)	(110.877)
Operações de crédito	—	—	287	2.839	3.126
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	—	2	—	—	2
Receita de prestação de serviço	—	716	106	9.259	10.081
Operações de captação no mercado	(3.396)	(101.386)	(1.124)	(6.261)	(112.167)
Outras receitas (despesas) operacionais	—	—	(5)	(11.914)	(11.919)

(a) O Inter é controlado diretamente pela Inter Holding financeira S.A, e indiretamente pela Inter & Co;

(b) Entidades diretamente controladas pelo Inter;

(c) Qualquer diretor, conselheiro do Inter; e

(d) Quaisquer membros imediatos da família do pessoal-chave da administração ou empresas por eles controladas, incluindo: empresas controladas por familiares imediatos do controlador do Inter; sociedades sobre as quais o controlador ou seus familiares imediatos tenham influência significativa; outros investidores que tenham influência significativa sobre o Inter e seus familiares próximos.



Remuneração dos administradores do Inter

Em 30 de junho de 2025, foi reconhecido uma despesa com proventos no montante de R\$11.209.

O Banco Inter possui um plano de opção de compra de ações preferenciais para seu pessoal-chave da administração. Mais informações sobre o plano estão detalhadas na nota explicativa nº 30.

20. Impostos correntes

	30/06/2025
Imposto de renda e contribuição social	253.024
PIS/COFINS	27.533
ISSQN	4.216
Outros	63.844
Total	348.617

21. Provisões e passivos contingentes

	30/06/2025
Provisão sobre compromissos de empréstimo (a)	183.819
Provisão para contingências	48.890
Provisão sobre garantias financeiras (b)	5.367
Total	238.076

(a) O Inter constitui perdas esperadas para os ativos financeiros que incluem tanto um componente sacado quanto um componente de compromisso de empréstimo ainda não utilizado. Na medida em que o valor combinado das perdas de crédito esperadas exceda o valor contábil bruto do ativo financeiro, o saldo remanescente é apresentado como uma provisão; e

(b) O saldo de avais e fianças prestados pelo Inter, foi de R\$ 803.661, com provisão de R\$ 5.367.

a. Provisões

As pessoas jurídicas do Inter, no curso normal de suas atividades, são partes em processos judiciais de natureza fiscal (tributários e previdenciários), trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando em consideração as leis vigentes, a regulamentação aplicável, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade dos casos, a jurisprudência, a experiência pregressa e outros critérios relevantes, de modo a possibilitar a estimativa mais adequada possível.

i. Processos trabalhistas

Tratam-se de ações judiciais cujo objetivo é a obtenção de indenizações de natureza trabalhista. Os valores provisionados referem-se, em sua maioria, a processos que discutem eventuais direitos trabalhistas, como reivindicações por horas extras e equiparação salarial. No Inter, a metodologia utilizada para o provisionamento dessas contingências fundamenta-se no cálculo do ticket médio das ações trabalhistas encerradas, considerando o valor total dos processos finalizados dividido pelo montante efetivamente desembolsado nos últimos 36 meses.

ii. Processos cíveis

Compreendem demandas que visam, predominantemente, indenizações por danos materiais e morais relacionados aos produtos e serviços do Inter, incluindo ações declaratórias e reparatórias, questões referentes à observância do limite de 30% para descontos em folha de pagamento de mutuários, solicitações de apresentação de documentos e ações revisionais de contratos. A metodologia de provisionamento adotada pelo Inter para essas contingências baseia-se no cálculo do ticket médio dos processos cíveis finalizados, obtido através da divisão entre o valor total das ações encerradas e o montante efetivamente pago nos últimos 24 meses.



Movimentação das provisões e classificação por natureza

Natureza	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2025	8.560	39.654	48.214
Constituições/atualizações	3.401	23.226	26.627
Pagamentos	(2.661)	(23.290)	(25.951)
Saldo em 30 de junho de 2025	9.300	39.590	48.890

b. Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis

Os principais processos com essa classificação são:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – IRPJ e CSLL

Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração (referente a despesas consideradas indedutíveis) exigindo o recolhimento dos valores de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009. Em 30 de junho de 2025, o valor em risco da ação totaliza R\$31.160, enquanto o valor total da ação corresponde a R\$65.077.

(ii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

O Inter está discutindo autuações de COFINS do período de 1999 a 2014.

Antes da publicação da Lei nº 12.973/14, que modificou o entendimento sobre a inclusão das receitas financeiras na base de cálculo da COFINS, discutia-se a ampliação da base de cálculo da referida contribuição promovida pelo §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98.

Em 2005, o Inter obteve trânsito em julgado favorável de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal que assegurou o direito da instituição financeira de recolher a COFINS com base apenas na receita de serviços prestados, ao invés da receita total que incluiria as receitas financeiras.

Durante o período de 1999 a 2006, o Inter efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e expressa anuência da Receita Federal, o depósito judicial do Inter foi liberado. Adicionalmente, a autorização de utilização dos créditos, para valores anteriormente pagos a maior, contra obrigações vigentes, foi homologada sem contestação pela Receita Federal em 11 de maio de 2006. Posteriormente, a Receita Federal questionou os procedimentos adotados pelo Inter, aplicando o entendimento de que as receitas financeiras deveriam ser incluídas na base de cálculo da COFINS.

Após a publicação da Lei 12.973/14, o Inter modificou seus procedimentos para incluir as receitas financeiras na base de cálculo da COFINS, de forma que os fatos geradores envolvidos nas discussões do Inter são todos anteriores à lei.

Atualmente, discute-se a aplicação de coisa julgada material em ação judicial própria que assegurou o direito do Inter de não recolher a COFINS sobre suas receitas financeiras, de forma que o julgamento do Supremo Tribunal Federal no Tema 372 não afeta diretamente as discussões do Inter. Em 30 de junho de 2025, o valor em risco da ação totaliza R\$70.746, enquanto o valor total da ação corresponde a R\$158.240.



22. Outros passivos

	30/06/2025
Pagamentos diversos (a)	822.584
Provisões sociais e estatutárias	151.838
Valores a pagar intragrupo	56.980
Outras obrigações	73.472
Total	1.104.874

Circulante **1.104.874**

Não circulante —

(a) O saldo é composto substancialmente por: (i) parcelas de operações de crédito a transferir; (ii) ordens de pagamento a liquidar; (iii) fornecedores a pagar; e (iv) taxas a pagar.

23. Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2025 o capital social é R\$7.511.433, totalmente subscrito e integralizado, composto por 2.593.598.009 ações ordinárias, todas sem valor nominal.

b. Reserva de capital

As reservas de capital do Banco são compostas pelos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações a serem liquidadas com a entrega de instrumentos patrimoniais e por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações.

c. Reserva legal

É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

d. Reserva de lucros

Nos exercícios anteriores, após a constituição da Reserva Legal, a Administração do Inter optou por destinar o saldo remanescente de lucros para constituição de Reserva de Lucros.

e. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Inter adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio na mesma proporção em que participam no capital calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social e art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

Em 30 de junho de 2025, o Banco Inter apresentou um saldo de R\$434.896 referente aos dividendos e juros sobre capital próprio declarados e pagos aos seus acionistas, provisionados ao longo do exercício de 2025 com os seguintes pagamentos:



Controlador	Data de pagamento	30/06/2025
Inter Holding Financeira SA	15/01/2025	125.878
Inter Holding Financeira SA	01/04/2025	34.166
Inter Holding Financeira SA	08/05/2025	168.966
Inter Holding Financeira SA	27/05/2025	23.467
Inter Holding Financeira SA	11/06/2025	82.419
Total		434.896

f. Ações em tesouraria

Em 30 de junho de 2025 o saldo de ações em tesouraria perfazia o montante de R\$(71.831), sendo composto por 9.594.900 ações.

g. Outros resultados abrangentes

O saldo dos outros resultados abrangentes do Inter em 30 de junho de 2025 é de R\$(455.323). O valor corresponde à variação a valor justo dos títulos e valores mobiliários a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, hedge accounting e à ajuste de variação cambial de investimento no exterior.

24. Receita de prestação de serviço

	30/06/2025
Receitas de intercâmbio	580.915
Rendas de tarifas bancárias	28.482
Outros	14.362
Total	623.759

25. Despesa de pessoal

	30/06/2025
Proventos	(167.359)
Benefícios	(91.756)
Encargos sociais	(53.745)
Outros	(3.405)
Total	(316.265)

26. Despesas administrativas

	30/06/2025
Processamento de dados e telecomunicações	(443.565)
Depreciação e amortização	(164.076)
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(123.209)
Propaganda, promoções e publicidade	(103.792)
Serviços do sistema financeiro	(41.272)
Aluguéis, condomínio e manutenção de bens	(6.734)
Outras	(50.389)
Total	(933.037)

27. Despesas tributárias

	30/06/2025
PIS/COFINS	(154.397)
ISSQN	(19.142)
Outras	(28.339)
Total	(201.878)

28. Outras receitas (despesas) operacionais

	30/06/2025
Recuperação de encargos e despesas	92.059
Receita com rede de cartões	71.068
Reversão de provisões	14.342
Outras	25.299
Total outras receitas operacionais	202.768
Despesas de cashback	(89.673)
Inter Rewards (a)	(81.253)
Despesa tarifa de saque cartão	(54.319)
Provisões para contingências	(26.627)
Outras	(50.656)
Total outras despesas operacionais	(302.528)
Total	(99.760)

(a) Trata-se de um programa de fidelidade e recompensas oferecido pelo Banco Inter. Por meio desse programa, os clientes do banco acumulam pontos em suas transações e operações financeiras e podem trocá-los por benefícios, descontos, produtos ou serviços.



29. Outras receitas e despesas não operacionais

	30/06/2025
Constituição (reversão) de provisões não operacionais (a)	(18.691)
Ganhos (perdas) de capital	(1.318)
Outros	939
Total	(19.070)

(a) Inclui, basicamente, a provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda.

30. Pagamento baseado em ação

a.1) Pagamento baseado em ações - Banco Inter S.A.

No dia 4 de janeiro de 2023 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Inter & Co, Inc. na qual foi aprovada a migração dos planos de pagamento baseado em ações, com a consequente assunção pela Inter & Co das obrigações do Banco Inter S.A. decorrentes dos planos ativos e dos respectivos programas. Como resultado da reorganização societária, o número de opções detidas por cada beneficiário foi alterado proporcionalmente. Assim, para cada 6 opções de compra de ação ordinária ou ação preferencial do Banco Inter S.A, o beneficiário terá 1 opção de compra de *Class A Share* da Inter & Co. Além disso, foi aprovada a reprecificação do preço de exercício das opções outorgadas em 2022, que ainda não haviam sido exercidas. Por ocasião da reprecificação, foi realizado novo cálculo do valor justo das opções outorgadas e não exercidas, sendo apurado o montante adicional de R\$15.990 de despesa incremental, a ser apropriado até o prazo final de carência. As principais características dos planos estão descritas abaixo:

Data de outorga	Prazo final de exercício	Opções (ações INTR)	Vesting	Preço médio de exercício	Participantes
15/02/2018	15/02/2025	5.452.464	Até 5 anos	R\$1,80	Diretores, gestores e colaboradores chave
09/07/2020	09/07/2027	3.182.250	Até 5 anos	R\$21,50	Diretores, gestores e colaboradores chave
31/01/2022	31/12/2028	3.250.000	Até 5 anos	R\$15,50	Diretores, gestores e colaboradores chave

As movimentações das opções de cada plano para o semestre findo em 30 de junho de 2025, informações complementares são demonstradas abaixo:

Data outorga	01/01/2025	Concedidas	Prescritas/ canceladas	Exercidas	30/06/2025
2018	71.999	—	—	71.999	—
2020	2.443.088	—	25.350	165.975	2.251.763
2022	2.644.725	—	90.075	107.250	2.447.400
Total	5.159.812	—	115.425	345.224	4.699.163
Preço médio pond. das ações	R\$ 18,15	R\$ —	R\$ 16,82	R\$ 15,53	R\$ 18,38

Os valores justos dos planos de 2018 e 2020 foram estimados com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes* considerando os termos e condições em que as opções foram concedidas, e a respectiva despesa de remuneração é reconhecida durante o período de carência.



	2018	2020
Preço de exercício	1,80	21,50
Taxa livre de risco	9,97 %	9,98 %
Duração do exercício (anos)	7	7
Volatilidade anualizada esperada	64,28 %	64,28 %
Valor Justo da opção na data de outorga/ação	0,05	0,05

Já para o programa de 2022, o valor justo foi estimado com base no modelo Binomial:

	2022
Preço de exercício	15,50
Taxa livre de risco	11,45%
Duração do exercício (anos)	7
Volatilidade anualizada esperada	38,81%
Valor justo ponderado da opção na data de outorga/ação:	4,08

No exercício findo em 30 de junho de 2025, foram apropriados R\$ 4.954 de despesas de benefícios a empregados, no resultado do Inter.

a.2) Contratos de outorga de ações restritas (RSU) - Inter

A Assembleia Geral Extraordinária da Inter&Co, Inc. realizada em 4 de janeiro de 2023 aprovou a criação do Plano Omnibus de Incentivos, que visa promover os interesses da Inter&Co, Inc. e de seus acionistas, fortalecendo a capacidade da Inter&Co, Inc. em atrair, reter e motivar colaboradores que devem que fazer contribuições para a Inter&Co, Inc. e forneçam a essas pessoas incentivos para alinhar seus interesses com os dos acionistas da Inter&Co, Inc.

O plano de incentivo Omnibus é administrado pelo Conselho de Administração da Inter&Co, Inc., que tem competência para aprovar outorga de programas aos colaboradores administradores da Inter&Co, Inc.

No ano de 2023, a Inter&Co, Inc. outorgou 1.768.500 unidades de ações restritas (RSUs) no âmbito do Banco Inter do Plano Omnibus de Incentivo com cronogramas de vesting de blocos de 25% a diversos executivos e funcionários do Banco Inter. Os cronogramas de vesting estão previstos em cada contrato de outorga. Até 30 de junho de 2025, 176.500 RSUs outorgadas foram prescritas e 881.250 RSUs foram exercidas.

No ano de 2024, a Inter&Co, Inc. outorgou 1.081.000 unidades de ações restritas (RSUs) no âmbito do Banco Inter do Plano Omnibus de Incentivo com cronogramas de vesting de blocos de 25% a diversos executivos e funcionários do Banco Inter. Os cronogramas de vesting estão previstos em cada contrato de outorga. Até 30 de junho de 2025, 115.750 RSUs outorgadas foram prescritas e 265.250 RSUs foram exercidas.

No 1º semestre de 2025, a Inter&Co, Inc. outorgou 1.102.000 unidades de ações restritas (RSUs) no âmbito do Banco Inter do Plano Omnibus de Incentivo com cronogramas de vesting de blocos de 25% a diversos executivos e funcionários do Banco Inter. Os cronogramas de vesting estão previstos em cada contrato de outorga. Até 30 de junho de 2025, 60.000 RSUs outorgadas foram prescritas.

Veja tabela abaixo:

30/06/2025						
Data de outorga	Taxa de exercício por vesting	Valor justo da ação (em reais)	Prazo remanescente do período aquisitivo (em anos)	Período vesting até (anos)	Total outorgado	Total não exercido
01/06/2023	25%	R\$14,15	2,0	4,0	1.753.500	699.500
01/11/2023	25%	R\$22,99	3,0	4,0	15.000	11.250
01/02/2024	25%	R\$25,22	3,0	4,0	10.000	—
01/04/2024	25%	R\$29,11	3,0	4,0	50.000	27.500
26/04/2024	25%	R\$26,27	3,0	4,0	851.000	567.500
04/06/2024	25%	R\$30,35	3,0	4,0	40.000	30.000
01/07/2024	25%	R\$33,07	2,0	3,0	50.000	37.500
17/07/2024	25%	R\$36,47	4,0	4,0	30.000	—
04/09/2024	25%	R\$40,39	3,0	3,0	50.000	37.500
29/01/2025	25%	R\$28,18	4,0	4,0	835.000	775.000
31/01/2025	25%	R\$29,02	4,0	4,0	10.000	10.000
24/02/2025	25%	R\$28,03	4,0	4,0	10.000	10.000
02/06/2025	25%	R\$38,56	3,0	4,0	247.000	247.000
					3.951.500	2.452.750

No período findo em 30 de junho de 2025, foram apropriados R\$13.096 de despesas relativas a esse plano, são registrados na despesa de pessoal no resultado do Inter.

31. Gestão de risco

A gestão de riscos no Inter é entendida como o conjunto de atividades e processos estabelecidos para identificar, avaliar, mensurar, controlar, mitigar e monitorar os riscos considerados materiais (ou prioritários) pelo Conselho de Administração.

Neste contexto, o gerenciamento de riscos é realizado através de uma abordagem prospectiva, sempre buscando uma adequada compreensão das fontes e fatores primários de riscos, das características, interdependências e correlações existentes entre os riscos, bem como dos potenciais impactos sobre o negócio.

A gestão de riscos no Inter busca manter uma estrutura de gerenciamento de riscos adequada à complexidade (e estratégia) das atividades, produtos e serviços, promovendo o desenvolvimento contínuo de processos, sistemas, e disseminando uma cultura para todos os níveis organizacionais da Instituição.

a. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade do Inter não conseguir honrar suas obrigações financeiras de forma eficiente, sejam elas esperadas ou inesperadas, incluindo obrigações decorrentes de garantias concedidas e resgates extraordinários por parte dos clientes. Este risco também abrange cenários em que o Inter pode enfrentar dificuldades para negociar a venda de ativos pelos preços praticados no mercado, seja devido ao volume significativo em relação à movimentação habitual, seja em razão de discontinuidades ou disfunções no mercado.

O risco de liquidez é gerenciado de forma institucional por meio de uma estrutura de governança com responsabilidades claramente distribuídas entre o Conselho de Administração, o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), Comitê de Riscos e a Diretoria de Riscos, esta última responsável pela gestão operacional do risco de liquidez.



A estrutura de gestão de risco atua de forma independente e proativa, com o objetivo de monitorar continuamente os indicadores de liquidez e prevenir eventuais extrapolações dos limites estabelecidos. O gerenciamento abrange integralmente os fluxos de recebimentos e pagamentos da Inter&Co, permitindo a implementação tempestiva de ações de mitigação quando necessário.

O monitoramento do risco de liquidez é realizado diariamente, sendo o acompanhamento conduzido periodicamente pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), que avalia sistematicamente as informações de risco de liquidez disponíveis, incluindo:

- Descasamento entre ativos e passivos;
- Os 10 maiores investidores;
- Captação Líquida;
- Limites de Liquidez;
- Previsão de Vencimento;
- Testes de estresse baseados em cenários definidos internamente;
- Planos de contingência de liquidez;
- Acompanhamento de concentrações de ativos e passivos;
- Acompanhamento do Índice de Liquidez e taxas de renovação de captações; e
- Relatórios com informações sobre posições ocupadas pelo Inter e suas controladas.

A estrutura considera os fatores internos e externos que impactam a liquidez do Grupo, realizando acompanhamento diário detalhado das movimentações de entrada e saída dos empréstimos e adiantamentos a clientes, Depósitos a Prazo, Poupança, Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Letras Imobiliárias com Garantia Real (LCI), Letras Imobiliárias Garantidas (LIG) e Depósitos à Vista.

Até a data base de 30 de junho de 2025, não ocorreram alterações materiais na natureza das exposições ao risco de liquidez, metodologia de acompanhamento, políticas internas e nos processos do Grupo para gerenciá-las. Não obstante, o Grupo mantém o aperfeiçoamento contínuo de seus processos internos de gestão de risco.



(i) Análise de instrumentos financeiros por prazo contratual remanescente

	Nota	Circulante			Não Circulante		Total em 30/06/2025
		1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 Anos	Acima de 5 anos	
Ativos financeiros							
Disponibilidades	4	547.683	—	—	—	—	547.683
Aplicações financeiras de liquidez	5	4.434.091	—	—	—	—	4.434.091
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		6.179.662	—	—	—	—	6.179.662
Títulos e valores mobiliários, líquidos de provisões para perdas esperadas	6	3.332.257	2.935.857	1.550.814	12.732.074	2.700.611	23.251.613
Operações de crédito, líquidos de provisões para perdas esperadas	9	1.791.853	3.631.344	9.569.417	6.179.316	14.647.390	35.819.320
Instrumentos financeiros derivativos	7	—	649	78	—	—	727
Outros ativos financeiros	8	1.893.370	2.896.181	26.405	54	—	4.816.010
Total		18.178.916	9.464.031	11.146.714	18.911.444	17.348.001	75.049.106
Passivos financeiros							
Depósitos	16.a	20.167.355	2.491.410	3.211.805	23.586.222	82	49.456.874
Obrigações por operações compromissadas	16.c	3.218.972	—	—	—	—	3.218.972
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.b	736.967	2.730.797	1.913.576	5.484.374	537.907	11.403.622
Obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país	17	1.400	59.258	27.524	26.570	—	114.752
Instrumentos financeiros derivativos	7	—	35.483	43	—	—	35.526
Outros passivos financeiros	18	4.878.893	158.601	535.319	4.791.372	—	10.364.185
Total		29.003.587	5.475.549	5.688.267	33.888.538	537.989	74.593.931
Diferença Ativo / Passivo (a)		(10.824.671)	3.988.482	5.458.447	(14.977.094)	16.810.012	455.175

(a) Os descasamentos observados decorrem das diferentes características e prazos contratuais dos ativos e passivos financeiros, não representando necessariamente limitações na posição de liquidez efetiva da instituição.



(ii) Ativos e passivos financeiros usando uma classificação circulante e não circulante

	Nota	Circulante	Não circulante	Total
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	4	547.683	—	547.683
Aplicações financeiras de liquidez	5	4.434.091	—	4.434.091
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		6.179.662	—	6.179.662
Títulos e valores mobiliários, líquidos de provisões para perdas esperadas	6	7.818.928	15.432.685	23.251.613
Carteira de crédito líquida de provisão para perdas esperadas	9	14.992.614	20.826.706	35.819.320
Instrumentos financeiros derivativos	7	727	—	727
Outros ativos financeiros, líquidos de provisões para perdas esperadas	8	4.815.956	54	4.816.010
Total		38.789.661	36.259.445	75.049.106
Passivos				
Depósitos	16.a	25.870.567	23.586.307	49.456.874
Obrigações por operações compromissadas	16.c	3.218.972	—	3.218.972
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.b	5.381.341	6.022.281	11.403.622
Obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país	17	88.182	26.570	114.752
Instrumentos financeiros derivativos	7	35.526	—	35.526
Outros passivos financeiros	18	5.572.813	4.791.372	10.364.185
Total		40.167.401	34.426.530	74.593.931

b. Gestão de risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição e suas controladas, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços das ações e preços de mercadorias (commodities).

No Inter, a gestão do risco de mercado tem como objetivo principal apoiar as áreas de negócios por meio do estabelecimento de processos e da implementação de ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos relacionados. Essa estrutura possibilita a mensuração e o acompanhamento dos níveis de risco conforme diretrizes estabelecidas pela alta administração.

A gestão de risco de mercado é monitorada diariamente, sendo o acompanhamento conduzido periodicamente pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO). Os controles de risco de mercado permitem a avaliação analítica das informações e estão em constante processo de aperfeiçoamento. O Banco e suas controladas veem aprimorando os aspectos internos de gerenciamento e mitigação de riscos.

(i) Mensuração

O Inter, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e com a Resolução BCB n.º 111/2021, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

- **Carteira de Negociação (Trading Book):** formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.



- **Carteira Bancária (Banking Book):** formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Inter gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Uma das formas de avaliação das posições sujeitas ao risco de mercado é realizada através de um modelo de Value at Risk (VaR). A metodologia utilizada para cálculo de VaR considera um modelo paramétrico com 99% de nível de confiança (NC) e horizonte de tempo (HP) de 21 dias.

Apresentamos abaixo o VaR do conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e bancária e VaR individual por fator de risco, ambos calculados com 99% de nível de confiança e horizonte de tempo de 21 (vinte um) dias.

<i>Em milhares</i>	30/06/2025
Fator de Risco	VaR 21 (du)
Cupom de IPCA	983.266
Cupom de IGP-M	12.639
Cupom de taxa de juros (TR)	38.415
Taxas pré-fixadas de juros	278.121
Cupom de moeda estrangeira	90.964
Taxas de câmbio	2.024
Preço de Ações	292
Outros	11.745
Subtotal	1.417.466
Efeito Diversificação	311.993
Var-at-Risk	1.105.473

(ii) Hierarquia de valor justo

O valor justo dos ativos e passivos são mensurados de acordo com os níveis de informação disponíveis:

- **Nível 1:** São usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.
- **Nível 2:** São usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.
- **Nível 3:** São usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Inter estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

	30/06/2025	Nível 1	Nível 2
Ativos	21.438.408	15.279.168	6.159.239
Títulos e valores mobiliários			
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA	20.724.300	15.239.041	5.485.259
Títulos públicos			
Letras financeiras do tesouro (LFT)	9.428.226	9.428.226	—
Letras do tesouro nacional (LTN)	2.045.135	2.045.135	—
Notas do tesouro nacional (NTN)	3.765.680	3.765.680	—
Títulos privados			
Títulos emitidos no exterior	4.143.621	—	4.143.621
Nota promissória comercial	617.100	—	617.100
Cotas de fundo de investimento	575.643	—	575.643
Certificados de recebíveis imobiliários	70.650	—	70.650
Certificados de recebíveis agrícolas	56.789	—	56.789
Debêntures	21.456	—	21.456
Valor justo por meio do resultado - VJR	713.381	40.127	673.253
Títulos privados			
Certificados de recebíveis imobiliários	302.747	—	302.747
Cotas de fundo de investimento	198.304	40.127	158.176
Debêntures	122.150	—	122.150
Certificados de recebíveis agrícolas	90.180	—	90.180
Instrumentos financeiros derivativos	727	—	727
Contratos a termo	727	—	727
Passivos	(35.526)	—	(35.526)
Instrumentos financeiros derivativos	(35.526)	—	(35.526)
Contratos de swap	(5.010)	—	(5.010)
Contratos a termo	(30.516)	—	(30.516)

(iii) Análise de sensibilidade

Para determinar a sensibilidade do valor econômico da posição do Inter aos movimentos de mercado, calculamos delta do valor marcado a mercado (MTM) dos ativos e passivos em cenários distintos, considerando os fatores de risco relevantes, no período analisado. Apresentamos os resultados que afetariam negativamente nossas posições, conforme cada cenário:

- **Cenário I:** Situação provável, com base nas informações de mercado foram aplicados choques de 1 ponto base para as taxas de juros e 1% de variação para preços (moedas estrangeiras e ações);
- **Cenário II:** Situação eventual onde foram determinados choques de 25% de variação nas curvas e preços de mercado; e
- **Cenário III:** Situação eventual onde foram determinados choques de 50% de variação nas curvas e preços de mercado.

Destaca-se que os impactos refletem uma visão estática da carteira e que o dinamismo de mercado e da composição da carteira faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. O grupo possui um processo de monitoramento contínuo do risco de mercado e, em caso de deterioração de posição/carteira são realizadas ações mitigadoras para minimizar possíveis efeitos negativos.

Apresentamos análise de sensibilidade da Carteira *Trading e Banking*:



Exposições
R\$ Mil
Carteiras Banking e Trading

Fator de risco	Risco na variação	Variação na taxa no cenário I	Cenário I	Variação na taxa no cenário II	Cenário II	Variação na taxa no cenário III	Cenário III
Cupom de IPCA (a)	Cupom de índice de preço	aumento	(4.685)	aumento	(750.651)	aumento	(1.359.606)
Cupom de IGP-M (b)	Cupom de índice de preço	aumento	(15)	aumento	(2.572)	aumento	(4.971)
PRÉ	Taxa pre-fixada	aumento	(3.384)	aumento	(1.084.942)	aumento	(2.040.634)
Cupom de TR (c)	Cupom de taxa de juros	aumento	(512)	aumento	(119.841)	aumento	(204.079)
Cupom USD	Cupom USD	redução	(17)	redução	(4.394)	redução	(8.918)

(a) O IPCA é um índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

(b) O IGP-M é um índice geral de preços do mercado calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); e

(c) A Taxa Referencial (TR) é um dos componentes que definem a rentabilidade da poupança e do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

c. Gestão de riscos operacionais

Os riscos operacionais permeiam todo o Inter e estão presentes em todas as atividades e processos, pois estes são suscetíveis a falhas e erros decorrentes de processos, pessoas, sistemas e eventos externos.

Para gerenciá-los de forma eficaz, o Inter possui uma estrutura de gerenciamento de riscos operacionais que é independente e compatível com a complexidade de seus negócios. Essa estrutura é responsável por identificar, mensurar, avaliar, monitorar e mitigar riscos, implementando procedimentos e controles internos adequados. O foco está em uma cultura de gestão de riscos que envolve todos os colaboradores.

O gerenciamento de riscos é realizado por meio de abordagens tanto qualitativas quanto quantitativas. As abordagens qualitativas envolvem monitoramento contínuo e revisões regulares, enquanto as quantitativas utilizam dados para medir e gerenciar esses riscos de forma eficaz.

O Inter adota uma governança robusta, na qual os controles são mapeados em uma matriz que designa claramente os responsáveis por sua execução. O nível de efetividade desses controles é testado periodicamente, sendo a priorização dos testes baseada na maturidade dos riscos e na efetividade declarada desses controles. A metodologia de testes e os critérios de priorização são descritos e formalizados em normativo interno.

Em face à Gestão de Continuidade de Negócios, o Inter implementa medidas que asseguram a manutenção ou recuperação de processos, instalações, infraestrutura e sistemas de tecnologia da informação em um período razoável, de forma a não prejudicar clientes, colaboradores, fornecedores e acionistas, minimizando impactos negativos e protegendo sua reputação. As estratégias e diretrizes para a gestão desses riscos são formalizadas em políticas e normativos internos. Os períodos de recuperação e o dimensionamento das equipes de contingência são determinados por meio de relatórios de análise de impacto nos negócios (Business Impact Analysis – BIA). O Conglomerado também possui um Programa de Gestão de Crises, cujo objetivo é gerenciar, com respostas tempestivas e integradas, eventos críticos que possam impactar significativamente o Inter.

Para alocação de capital para o risco operacional, o Inter adota a abordagem padronizada de cálculo, conforme previsto na Resolução 356/2023.

d. Gestão de risco de crédito

A gestão dos riscos de crédito no conglomerado prudencial do Inter tem como objetivo manter o perfil de risco e a rentabilidade da carteira de crédito enquadrados dentro dos limites definidos na Declaração de Appetite a Riscos (“RAS”).

O gerenciamento do risco de crédito possui uma estrutura de controle independente das unidades de negócios, sendo responsável pelo processo de monitoramento dos níveis de risco, bem como por assegurar a aderência às políticas do Inter.



A gestão de risco de crédito é baseada em alguns pilares:

- Políticas e diretrizes de concessão de crédito e cobrança segmentadas por produtos e/ou categorias de clientes;
- Modelos estatísticos para mensuração e classificação de riscos para pessoas físicas e política conservadora (e restritiva) de garantias e/ou risco para operações com empresas;
- Definição e aprovação de limites de concentração, mitigando o acúmulo de riscos por categorias e/ou segmentos;
- Monitoramento do perfil de risco da carteira por meio de uma visão prospectiva para antecipar eventuais riscos e/ou desequilíbrios;
- Avaliação das garantias, colaterais e demais instrumentos mitigadores de riscos; e
- Utilização de modelos estatísticos que contemplem projeção de probabilidades de inadimplência, bem como níveis de recuperação de default (no caso de inadimplência).

Adicionalmente, reforça-se que o gerenciamento do risco de crédito considera um processo estruturado de classificação de risco (e provisionamento) baseado em modelos estatísticos criteriosos e consistentes, ponderando a complexidade das operações, garantias envolvidas, entre outros pontos.

Assim, por fim, destaca-se que os modelos adotados na gestão de riscos de crédito atendem às diretrizes e boas práticas de mercado e se mostram aderentes à complexidade (e riscos) das operações do Inter.

i. Concentração por setor econômico

Abaixo, apresentamos a concentração por setor econômico relacionada a empréstimos e adiantamentos a clientes:

	30/06/2025
Atividades financeiras	4.448.360
Construção	1.975.565
Comércio	1.804.615
Indústrias	1.290.400
Atividades administrativas	1.084.298
Agricultura	116.554
Outros segmentos	2.375.302
Pessoa jurídica	13.095.094
Pessoa física	25.182.917
Total	38.278.011

ii. Concentração da carteira

Abaixo, apresentamos a concentração do risco de crédito relacionada a empréstimos e adiantamentos a clientes:

	30/06/2025	
	Saldo	% sobre empréstimos e adiantamentos a clientes
Maior devedor	108.097	0,3%
10 maiores devedores	819.640	2,1%
20 maiores devedores	1.356.637	3,5%
50 maiores devedores	2.249.765	5,9%
100 maiores devedores	3.081.738	8,1%



e. Índice de Basileia

A regulação prudencial do sistema financeiro nacional estabelece exigências para as instituições financeiras com o objetivo de assegurar o gerenciamento adequado de riscos, a manutenção de níveis mínimos de capital e a observância de limites operacionais compatíveis com os riscos assumidos em suas atividades.

Em 23 de fevereiro de 2017, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN nº 4.557/2017, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

O Inter dispõe de mecanismos para identificar e avaliar os riscos relevantes incorridos – incluindo aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido. As políticas, as estratégias, bem como o plano de capital e os testes de estresse, que são realizados periodicamente e avaliados sob a ótica de capital, visam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo Inter. Relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados às áreas envolvidas e aos comitês estratégicos, subsidiando a tomada de decisão pela Alta Administração.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR), bem como os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal a serem observados por instituições financeiras no Brasil.

A metodologia de apuração do capital regulamentar permanece estruturada nos Níveis I e II: o Nível I compreende o Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar; o Nível II abrange instrumentos autorizados a compor o capital.

A verificação dos limites operacionais observa o Conglomerado Prudencial formado pelo Inter, Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Inter Payments, Inter Pag e fundos de investimentos, quando aplicável, conforme as normativas vigentes do Bacen.



(i) DLO – Documento das margens de requerimento relativamente ao RWA

	30/06/2025
Patrimônio de referência (PR)	6.034.565
Patrimônio de referência nível I	5.521.911
Capital principal (CP)	5.521.911
Patrimônio de referência nível II	512.654
Ativos ponderados por risco - RWA	38.473.409
RWA para risco de crédito por abordagem padronizada - RWACPAD	31.463.151
RWA para Risco de Serviços de Pagamento - RWASP	356.090
RWA para risco de mercado - RWAMPAD	1.106.294
RWA para risco operacional por abordagem padronizada - RWAOPAD	5.547.874
Requerimento de capital	
Capital principal mínimo requerido para o RWA	1.731.303
Patrimônio de referência nível I mínimo requerido para o RWA	2.308.405
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA	3.077.873
Margem sobre os requerimentos de capital	
Margem sobre o capital principal requerido	3.790.608
Margem sobre o patrimônio de referência nível I requerido	3.213.507
Índice de capital principal (CP/RWA)	14,4 %
Índice de capital nível I (Nível I /RWA)	14,4 %
Índice de basileia (PR/RWA)	15,7 %

32. Outras informações

(i) Ouvidoria

A Ouvidoria do Inter atua como canal de relacionamento entre os clientes e usuários dos produtos e serviços ofertados e no tratamento e na mediação de conflitos. A Ouvidoria tem por escopo buscar soluções ágeis e efetivas, atuando com transparência e imparcialidade e, ainda, possui o compromisso de promover melhorias nos serviços prestados. As ocorrências recebidas pela Ouvidoria são analisadas e atendidas, de modo conclusivo e formal, em até dez dias úteis, em estrita consonância com a Resolução CMN nº 4.860/2020.

(ii) Responsabilidade socioambiental

Além daquilo que a Resolução CMN nº 4.945/202 apregoa, para o Inter responsabilidade socioambiental é quando a própria organização, clientes, usuários, fornecedores ou prestadores de serviços, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

(iii) Seguros contratados

O Inter possui seguros de seus principais ativos e montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.



33. Eventos subsequentes

Venda da IM Designs Desenvolvimento de Software S.A

Em 03 de julho de 2025, ocorreu a venda de 50.000 (cinquenta milhões) de ações ordinárias por um valor de R\$ 2.126 (dois milhões, cento e vinte e seis mil), corresponde a 50% do capital social da IM Designs Desenvolvimento de Software S.A, para os atuais detentores dos outros 50% de ações. Com essa transação, os compradores passaram a deter 100% do capital social da empresa.



Conselho de Administração

Rubens Menin Teixeira de Souza – Presidente

Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza – Conselheira

José Felipe Diniz - Conselheiro

Presidência

Alexandre Riccio de Oliveira

Vice-Presidência

Marco Túlio Guimarães

Diretoria

Ana Luiza Vieira Franco Forattini

André Guilherme Henriques Caram

Carlos Filipe de Oliveira Pedrosa

Eduardo Valladares Cotta

Flávio Ramos Queijo

Frederico Corrêa Ferreira de Melo

Leonardo Paixão Gonçalves de Souza

Lucas de Souza Bernardes

Marcelo Dantas de Carvalho

Mauro França Rangel

Pierre Carvalho Magalhães

Priscila Salles Vianna de Paula

Rafaela de Oliveira Vitória

Sebastião Luiz da Silva

Tiago de Almeida Machado

Thaís Leite Lemos

Contador Responsável

Vanderson Gonçalves Brandão - CRC-1SP 253.620/O-7 "S" MG



Resumo do relatório do comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Inter S.A. (“Inter”) foi instalado por deliberação do Conselho de Administração em 18 de março de 2021, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.910/2021, sendo composto por três membros independentes, conforme dispõe a legislação em vigor.

O Comitê tem, dentre suas atribuições, o assessoramento ao Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações contábeis, dos controles internos, da administração de riscos e da Auditoria Interna do Inter, dentre outras atribuições regulamentares. O Comitê realiza suas atividades com base no disposto em seu Regimento Interno e no Estatuto Social do Inter.

Durante o ano de 2025, o Comitê de Auditoria promoveu reuniões com a Auditoria Independente do Inter - KPMG Auditores Independentes, além da Diretoria e Controladoria para discutir as demonstrações contábeis, o relatório da administração e o relatório de revisão dos auditores independentes, de modo a possibilitar a emissão do parecer do Comitê de Auditoria. Adicionalmente, em conformidade com as diretrizes do regimento interno, o Comitê se reuniu com as equipes de Auditoria Interna, Riscos, Controles Internos, Monitoramento e Prevenção a Fraudes, Governança, Controladoria, Jurídico e Ouvidoria. Essas reuniões focaram na análise abrangente dos trabalhos executados por cada área, bem como no monitoramento dos controles internos.

Em conformidade com o Regimento Interno, foi elaborado o Relatório Semestral do Comitê de Auditoria Estatutário do Inter, que contém um detalhamento das atividades realizadas.

Com base no resultado dos trabalhos realizados, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.